

1944

80

UM LEGADO
QUE INSPIRA

80AJURIS

2024

EDITORA
AGE

80

UM LEGADO
QUE INSPIRA

80AJURIS

SUZANA PORCELLO SCHILLING | TULIO MILMAN

EDITORA
AGE
PORTO ALEGRE, 2025

APRESENTAÇÃO:
UM REGISTRO PARA SEMPRE

A humanidade ainda não inventou nada melhor do que o livro para lembrar os fatos do passado, testemunhar os acontecimentos do presente e enviá-los ao futuro como um registro para sempre.

Foi esse sentimento que nos moveu a, mais uma vez, registrar em livro a rica e densa história da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (AJURIS).

Em 2005, quando a AJURIS completou 60 anos, um livro foi editado para reunir os acontecimentos de então seis décadas de vida. Foi essa escrita que, até o momento, permitiu aos mais novos tomarem conhecimento dos feitos do passado dessa que é a mais antiga associação de classe da magistratura brasileira.

O passar dos anos – no caso, mais 20 anos – nos obrigou a atualizar esses registros. Até porque a Era Digital tem feito a vida acontecer quase na velocidade da luz, em um ritmo alucinante de acontecimentos que se sucedem. Para se ter uma ideia da força dessa batida, WhatsApp e Instagram, que hoje fazem parte da nossa rotina, não existiam há 20 anos. O primeiro surgiu em 2009, e o segundo em 2010. E nessa velocidade da luz coisas são feitas, impactam a realidade e precisam ser registradas.

Esse livro é um apanhado dessa história de 80 anos e está dividido em três dimensões. São os compromissos assumidos pela

AJURIS desde sua fundação, em 11 de agosto de 1944, e que sempre pautaram a atuação da Associação.

O primeiro, e que está na essência da fundação da AJURIS, é o compromisso com o associado: com as causas que lhe são caras na carreira da magistratura e com o seu bem-estar e de sua família.

O segundo compromisso é com o Poder Judiciário: com o aperfeiçoamento de sua missão de buscar o equilíbrio entre partes quando a harmonia se rompe e com a qualificação das ferramentas necessárias para que o justo prevaleça.

O terceiro compromisso é com a sociedade: com seus valores, suas crenças e com o ambiente de dignidade pessoal e respeito coletivo que deve imperar em uma convivência civilizada.

Os principais marcos desses três compromissos estão ilustrados nas páginas seguintes como registros de uma atuação associativa que foi além de zelar pelos seus: também zelou por todos.

Para mim, é uma honra ter sido o presidente da AJURIS em seus 80 anos. É poder escrever uma pequena parte dessa longa história e, por meio desse livro, poder contá-la ao futuro.

Cristiano Vilhalba Flores
Presidente da AJURIS

APRESENTAÇÃO:
A RAZÃO DO ORGULHO DE SER AJURIS

Revisitar o tempo para contar a história, resgatar a memória é e será sempre intenso, emocionante e desafiador. Mas o material que tínhamos para elaborar o livro dos 80 anos da nossa Associação era de tal ordem que o trabalho se mostrou quase uma missão impossível. A grandeza já estava no livro dos 60 anos. E desde então o crescimento, em muitos aspectos, foi tanto e em tal velocidade, como é hoje tudo, com a profundidade de quem não se acomoda e com a oportunidade do registro da evolução da própria magistratura, que o trabalho foi mais complexo, mais difícil e até sofrido: fazer as escolhas para os conteúdos nos obrigou a cortar na carne.

De qualquer forma chegamos ao conteúdo que hoje se materializa neste livro bonito, que apresenta a nossa AJURIS de forma não linear no tempo, mostrando boa parte desta caminhada forte, criativa, combativa, comprometida em suas diferentes áreas de atuação. Trabalho de tantos colegas, doação de tempo e de ideias que exigem, sim, mas que enriquecem mesmo é quem esteve e está junto, ajudando a fortalecer o pertencimento e dando voz a cada um.

Quem viveu mais a história, porque já há mais tempo na magistratura gaúcha, vai revisitar e reviver fatos e momentos e mesmo se atualizar com as inovações. Os colegas mais modernos vão poder conhecer um pouco mais e, ainda que os tempos sejam outros, identificar-se com a essência da Associação, com os valores cultivados, com as possibilidades de crescimento, de união e de construção de pontes, com a evolução de pautas corporativas que servem para lograr vitórias nas lutas travadas. Os demais vão saber um pouco a razão do orgulho de ser AJURIS.

Cabe a nós, que hoje estamos aqui, e aos que virão seguir o caminho, honrar o legado. O livro também tem esta função ao trazer a história. Que cumpra este dever.

Bom livro a todos.

Helena Ruppenthal Cunha
Presidente da Comissão
dos 80 Anos da AJURIS





14 O início da vida associativa
no Brasil

26 A AJURIS e o seu compromisso
com a sociedade

80 A AJURIS e o seu compromisso
com a Justiça

120 A AJURIS e o seu compromisso
com os associados

01

02

03

04

01

O INÍCIO DA VIDA ASSOCIATIVA
NO BRASIL



“AOS 11 DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 1944, ÀS 14H, NO EDIFÍCIO DO FÓRUM DESTA CIDADE DE PORTO ALEGRE, NA SALA DO TRIBUNAL DO JÚRI (...), ASSUMIU A PRESIDÊNCIA DA SESSÃO, ACLAMADO PARA ESSE FIM, O DESEMBARGADOR JOÃO SOLON MACEDONIA SOARES. (...) EM SEGUIDA, TOMANDO A PALAVRA, O DESEMBARGADOR PRESIDENTE EXPLICOU A FINALIDADE DA REUNIÃO, A FUNDAÇÃO DE UMA SOCIEDADE DOS MAGISTRADOS SUL-RIO-GRANDENSE. (...) DECLARADA FUNDADA A SOCIEDADE, FOI-LHE DADA A DENOMINAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS SUL-RIO-GRANDENSE.”

Ata da fundação da AJURIS

Toda história começa com um gesto. No caso da AJURIS, ele foi coletivo: há 80 anos, juízas e juízes decidiram que era hora de unir vozes, ideias e propósitos. Celebrar essas oito décadas de atuação é, também, celebrar as mãos que escreveram ofícios, os pés que caminharam até assembleias, as vozes que ousaram propor o novo.

A história da AJURIS é também a história de como a magistratura brasileira se organizou para defender seus princípios, afirmar sua independência e responder aos desafios do tempo. Mas essa história não caminha sozinha. Ela faz parte de um pano de fundo mais amplo: o surgimento das entidades de classe, as lutas por direitos, a busca por um Estado mais justo, democrático e moderno.

Fundada em 1944, em um Brasil ainda marcado por incertezas democráticas, a AJURIS nasceu do desejo coletivo de transformar a magistratura em uma força viva e respeitada. Desde o início, assumiu o compromisso com a defesa da autonomia judicial, com o enfrentamento de interferências políticas indevidas e com a valorização de juízas e juízes como pilares da democracia.



A virada do século em Porto Alegre: o Theatro São Pedro (à esquerda) e o seu “edifício gêmeo”, o Palácio da Justiça, construído na época do Império e que abrigava o Tribunal de Justiça, a Secretaria do Interior e Justiça e repartições policiais

Oitenta anos se passaram. O tempo é um juiz silencioso. Ele observa, registra, pesa e sentencia. E, ao longo de oito décadas, ele tem sido testemunha da trajetória da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul (AJURIS) – uma história construída com coragem, integridade e compromisso.

Fundada em um Brasil que ainda buscava consolidar sua identidade democrática, a AJURIS nasceu da convicção de que a Justiça não pode ser apenas um ideal abstrato, mas uma força viva, acessível e equânime. Desde então, a AJURIS tem sido mais do que uma instituição representativa. Ela é uma voz ativa na defesa da independência da magistratura, na promoção de um Judiciário moderno e eficiente, e na construção de uma sociedade mais justa.

A magistratura não existe isolada, mas sim integrada ao tecido social. Defender prerrogativas, garantir segurança, investir em formação e bem-estar são compromissos que vão além da função institucional – são expressões do respeito por aqueles e aquelas que dedicam suas vidas à missão de julgar. Afinal, cuidar de magistrados e magistradas é também cuidar da Justiça.

A fundação da AJURIS não foi um ato isolado. Ao longo do século XX, o Brasil viu nascer diversas associações profissionais que buscavam fortalecer a democracia por meio da organização de suas categorias. A criação da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), em 1949, apenas cinco anos depois da AJURIS, confirma esse momento de efervescência institucional: um tempo em que se compreendia que a união era condição para a independência.

O associativismo judicial, nesse contexto, era mais do que resposta a desafios conjunturais. Era afirmação de uma identidade. Um gesto de pertencimento. Um compromisso com a História. Porque, afinal, a Justiça também se constrói com conversa, com coragem, com comunidade.

A atuação da AJURIS, ao longo de sua trajetória, a tornou uma das entidades mais respeitadas no cenário jurídico e político nacional. Ao longo da história do Brasil, com a independência, depois com a Proclamação da República e, após, com a industrialização, uma nova dinâmica social e política se instalou.

A atuação da AJURIS, ao longo de sua trajetória, a tornou uma das entidades mais respeitadas no cenário jurídico e político nacional. Ao longo da história do Brasil, com a Independência, depois com a Proclamação da República e, após, com a industrialização, uma nova dinâmica social e política se instalou.

Foi nesse momento efervescente que as associações profissionais começaram a se consolidar como espaços de pertencimento, de influência e de valores. Mais do que defender interesses, elas passaram a expressar princípios e visões de país.

Décadas mais tarde, a AJURIS nasceria carregando esse mesmo legado. Fruto de uma sociedade que, muitas vezes com esforço e dor, aprendeu que se organizar é proteger direitos, qualificar a vida pública e dar corpo à Justiça. Porque uma associação, no fim das contas, é sempre um modo de dizer: estamos juntos nessa construção.

A construção da AJURIS, na condição de entidade representativa da magistratura gaúcha, não pode ser dissociada desse movimento mais amplo: o surgimento e a consolidação das associações profissionais no Brasil. Foi um processo construído degrau por degrau, por mãos que sentiam na prática os desafios de uma nova era – mais urbana, mais complexa, mais exigente. Ao lutar por garantias, investir em formação e afirmar o papel da magistratura na vida democrática, ela segue a mesma trilha daqueles que, antes, entenderam que justiça e cidadania caminham lado a lado.

Por trás de toda associação profissional está um tripé invisível: a formação técnica, ética e intelectual de seus integrantes. No caso da AJURIS, esse tripé tem uma base ainda mais evidente: o ensino superior jurídico. É dessa raiz que brotam a vocação, o compromisso e a história da magistratura brasileira.

As faculdades de Direito formavam muito mais que profissionais. Eram verdadeiros centros de poder. Seus egressos tornaram-se juízes, promotores, legisladores, ministros. Era nos bancos daquelas faculdades que se discutiam os grandes dilemas nacionais – e de lá saíam as ideias que moldariam os palácios, os tribunais e os parlamentos.

O renascer da Justiça: um incêndio provocado por um estelionatário, que resolveu se livrar de um processo, destruiu o Palácio da Justiça em 1949. Com um projeto mais moderno, o novo Palácio foi erguido no mesmo local, junto à Praça da Matriz, e inaugurado em 1968



A AJURIS, ao surgir já no século XX, herda essa tradição e, ao mesmo tempo, a transforma. Ao criar sua própria escola de formação, reafirma que o conhecimento não é ponto de partida nem ponto de chegada: é caminho permanente para quem escolheu a Justiça como ofício.

O ensino superior plantou as sementes de uma sociedade mais técnica, mais consciente, mais organizada. E, junto com ele, vieram as associações, os conselhos, os compromissos públicos.

A AJURIS nasce nesse terreno fértil: juízas e juízes formados com a convicção de que o saber é condição da Justiça, e que a Justiça, para ser plena, precisa caminhar ao lado da formação contínua e do compromisso ético com a sociedade.

No Brasil do século XIX, o saber jurídico começava a moldar não apenas carreiras, mas também instituições. E, nesse contexto, nasceu o Instituto dos Advogados do Brasil (IAB), em 1843. Foi a primeira associação de classe da advocacia brasileira. E, com ela, surgiu também a ideia de que advogados não deveriam apenas defender causas, mas pensar o país.

Antes da criação do Instituto dos Advogados do Brasil (IAB), não havia uma entidade formal que congregasse os advogados brasileiros. Sua criação preencheu essa lacuna, oferecendo não só pertencimento, mas também voz. Era o começo de uma nova etapa na história do associativismo jurídico no Brasil.

O nascimento do IAB está ligado a outro marco: a criação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Na então capital do Império, o Rio de Janeiro, intelectuais se reuniam para documentar, refletir e discutir o Brasil. Dali, sairia a inspiração – e parte dos fundadores – do Instituto dos Advogados.

O IAB nasceu com objetivos ambiciosos: promover o estudo das ciências jurídicas, aprimorar a legislação e representar os interesses da classe. Sua atuação teve impacto duradouro na construção de uma cultura jurídica sólida e comprometida com o avanço institucional do país.

Antes dele, não havia uma entidade formal que congregasse os advogados brasileiros. Sua criação preencheu essa lacuna, oferecendo não só pertencimento, mas também voz. Era o começo de uma nova etapa na história do associativismo jurídico no Brasil.

Com o tempo, o IAB viria a influenciar diretamente a criação de outra entidade fundamental: a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em 1930. Embora a OAB tenha assumido a função de regulamentar e fiscalizar a profissão, o IAB manteve seu papel como fórum de pensamento, pesquisa e defesa da evolução do Direito no país.

Ainda hoje, o Instituto ocupa espaço de destaque no cenário jurídico nacional. Suas contribuições, em pareceres, estudos e debates, ajudam a construir o arcabouço legal brasileiro e a formar uma visão crítica e propositiva do papel do Direito na sociedade.

A AJURIS, ao surgir décadas depois, encontra no IAB não apenas um antecedente, mas uma inspiração. Ambas nasceram de um impulso comum: reunir profissionais do Direito em torno de reivindicações corporativas, bem como de ideias. Ideias sobre justiça, país, sociedade e futuro.

02

A AJURIS E O SEU COMPROMISSO
COM A SOCIEDADE



“A AJURIS TEM POR FINALIDADE: PROMOVER,
PARTICIPAR OU APOIAR EVENTOS OU MANIFESTAÇÕES
CULTURAIS, SOCIAIS E DE PROMOÇÃO OU DIVULGAÇÃO
DA CIDADANIA E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS,
OU DE QUALQUER NATUREZA.”

Estatuto da AJURIS, artigo 1, alínea K

Ao longo das últimas décadas, a Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul firmou-se como uma das entidades mais respeitadas da magistratura brasileira. Mas esse reconhecimento não veio apenas do prestígio institucional: nasceu do engajamento humano, da coragem de atravessar tempos adversos e da dedicação a um ideal coletivo de Justiça.

A AJURIS surgiu em um período de transformações sociais e políticas profundas, num país que buscava encontrar sua vocação democrática. Nasceu com a missão de fortalecer a independência judicial, promover o aperfeiçoamento da Justiça e, sobretudo, afirmar o compromisso da magistratura com a sociedade. Sua trajetória é feita de lutas e conquistas, mas também de gestos concretos de solidariedade, escuta e participação. É uma história de presença constante na defesa da democracia, da ética e dos direitos fundamentais. Mais do que representar seus associados, a AJURIS construiu uma identidade que ultrapassa o papel corporativo: alicerçou-se nos valores da justiça social e do humanismo.

Desde os primeiros anos, demonstrou sensibilidade às demandas sociais e visão de futuro. Posicionou-se com firmeza em temas centrais para o Estado e para o país. Ao investir na formação permanente da magistratura, promover debates institucionais e atuar de forma propositiva junto aos poderes constituídos, consolidou-se como guardião da ética judicial e promotora de uma Justiça mais acessível e eficiente.



A força de um símbolo: na mitologia grega, Têmis é a deusa da lei, da ordem e da justiça divina, protetora dos oprimidos e conselheira de Zeus, oferecendo sabedoria e aconselhando sobre a aplicação da lei e da moralidade. Vigilante na fachada do Palácio da Justiça, oferece a visão dos justos para a sociedade

Não foram poucos os momentos em que a AJURIS se fez presente em discussões cruciais: na defesa da independência do Judiciário, na construção de políticas públicas, na aproximação com a sociedade por meio de projetos voltados à educação e à cidadania. Com um trabalho que alia razão técnica e sensibilidade social, a Associação tem reafirmado, a cada etapa da história, que a Justiça não se limita ao processo: ela é relação, escuta, compromisso com o outro.

A história da AJURIS é,
também, a história de uma
magistratura que entendeu
seu tempo e não se escondeu
diante dele. Uma magistratura
profundamente comprometida
com a transformação social.

A FUNDAÇÃO DA AJURIS

A Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul foi fundada em 11 de agosto de 1944, em um encontro de magistrados do Foro de Porto Alegre, realizado na sala do Tribunal do Júri, no Palácio da Justiça. Era uma sexta-feira. E era também um tempo em que o mundo inteiro atravessava uma encruzilhada.

A fundação da AJURIS aconteceu em um dos períodos mais conturbados e decisivos do século XX. No cenário internacional, o mundo seguia imerso nos horrores da Segunda Guerra Mundial. Em junho daquele ano, tropas aliadas desembarcaram na Normandia. A liberação de Paris se daria no fim de agosto. A Alemanha nazista começava a recuar, mas o desfecho da guerra ainda era incerto. Era um tempo de destruição em massa, mas também de reorganização geopolítica. Os princípios da democracia e do direito tentavam resistir à barbárie. O mundo se preparava para a criação de novas instituições internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), e para uma redefinição profunda do papel do Estado, da Justiça e dos direitos humanos.

No Brasil, vivia-se a fase final do Estado Novo, com Getúlio Vargas governando sob a Constituição autoritária de 1937. Partidos estavam extintos, liberdades civis, restringidas. Mas já se sentiam os ventos da redemocratização: o Brasil havia entrado na guerra ao lado dos Aliados em 1942, e, em 1944, a Força Expedicionária Brasileira (FEB) partia para a Europa. Era um gesto de compromisso com a democracia lá fora – e, silenciosamente, um anseio por mudanças também aqui dentro.

Era nesse contexto de tensão e esperança que nascia a AJURIS. Sua criação foi mais do que um ato administrativo: foi um gesto de afirmação. Em meio à centralização do poder e à escassez de espaços associativos, surgia uma entidade destinada a amparar magistrados, fortalecer a profissão e criar um espaço autônomo de debate e identidade coletiva.

Naquele tempo, os juízes do Rio Grande do Sul atuavam, em sua maioria, de forma isolada. Espalhados por comarcas distantes, enfrentavam desafios jurídicos, sociais e pessoais sem o apoio de uma rede institucional estruturada. Faltava representatividade, mas também companhia, escuta, referência. A AJURIS nasceu para preencher esse vazio. E o fez com lucidez, coragem e espírito coletivo.



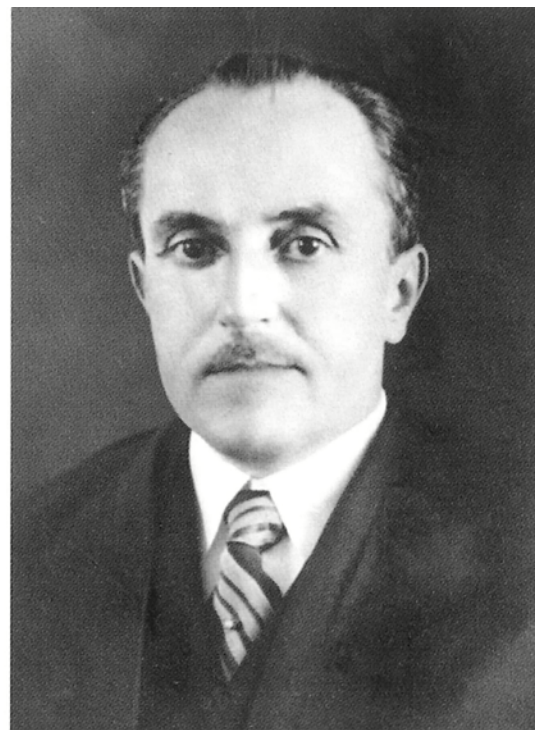
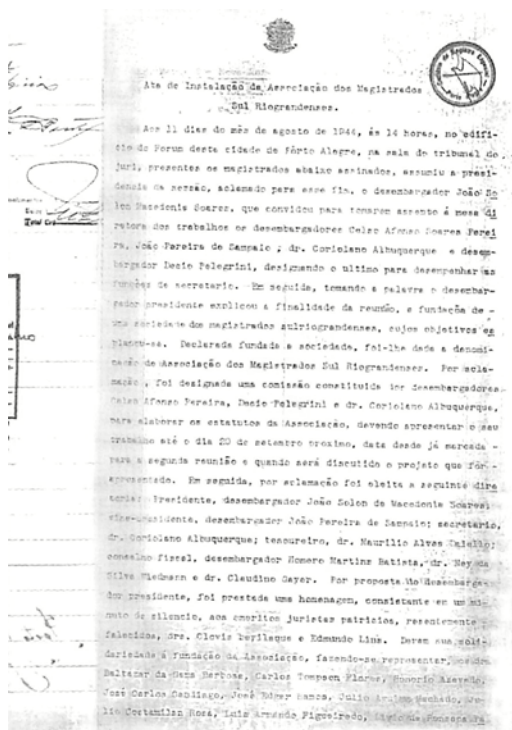
Salão do Júri, década de 40: nesse ambiente do Tribunal de Justiça que reunia parte dos cerca de 60 juízes que atuavam no Estado nasceu a necessidade de criar uma entidade que zelasse por todos

Seus fundadores enxergaram além das prerrogativas funcionais. Queriam mais do que uma defesa de interesses: queriam um espaço de pensamento, de formação e de construção de valores. Uma associação que servisse ao Direito e também à Justiça.

Na reunião que fundou a entidade, o desembargador João Solon Macedonia Soares foi indicado para dirigir os trabalhos e compôs uma mesa com quatro colegas. Foi designada uma comissão para redigir os estatutos, e escolhido, como sede, o gabinete do diretor do Foro da Capital. Ao final, elegeu-se uma diretoria provisória, com Solon à frente.

A assembleia solene que selaria a fundação da entidade foi marcada para 20 de setembro – data de forte significado simbólico no Rio Grande do Sul. Reunidos novamente no Tribunal do Júri, os juízes aprovaram os estatutos e definiram o nome oficial da nova associação. João Solon foi eleito presidente com 31 dos 32 votos, numa demonstração expressiva de adesão, considerando que o Estado contava, então, com 54 magistrados em atividade. A precariedade das estradas e dos transportes talvez explique a ausência de outros.

O nascimento da AJURIS: ata registra a criação da Associação dos Magistrados Sul-rio-grandense e a eleição do desembargador João Solon Macedônia Soares, com 31 dos 32 votos possíveis, como primeiro presidente



A estrutura da entidade foi definida com clareza: presidente e vice (necessariamente desembargadores), um secretário e um tesoureiro (juízes), um Conselho Consultivo e uma Comissão Coordenadora. Esta seria responsável por propor soluções para as dificuldades da carreira, emitindo pareceres e oferecendo orientação aos associados.

O tempo mostrou que a semente plantada ali frutificaria. Em 18 de setembro de 2003, a atual sede administrativa da AJURIS foi inaugurada na rua Celeste Gobbato, em Porto Alegre, nas proximidades do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS), dos Foros Centrais e da Escola Superior da Magistratura (ESM). Um prédio de 1.521m² que simboliza a consolidação institucional de um sonho coletivo.

“A AJURIS começou como um clube de serviços e hoje, sem dúvida, é uma das instituições de representação classista que colabora muito para que a sociedade possa aprimorar a sua conversa com os poderes públicos”, resume Denise Oliveira Cezar, primeira mulher a presidir a entidade, no biênio 2006-2007.



Casa própria: a AJURIS começou as atividades em uma sala no Palácio da Justiça, na Praça da Matriz. Depois de se instalar em outros locais ao longo dos anos, adquiriu um terreno na rua Celeste Gobatto, no bairro Praia de Belas, e ali ergueu sua Sede Administrativa, onde desde dezembro de 2003 funcionam os diferentes setores e serviços da Associação

A AJURIS: DE ESPAÇO DE ACOLHIMENTO A AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

No contexto dos anos 1940, marcado por grandes transformações sociais e institucionais no Brasil, a criação da AJURIS, em 1944, representou um gesto pioneiro no fortalecimento da identidade dos magistrados gaúchos. Nascida com o propósito de amparar juízes e seus familiares, a entidade consolidou-se, rapidamente, como um espaço de acolhimento para aqueles que, por razões geográficas ou funcionais, viviam afastados das redes de sociabilidade mais amplas.

Com o tempo, a AJURIS passou a ocupar um lugar central na vida da magistratura. Substituiu, para muitos, os antigos clubes sociais, tornando-se o espaço principal de convivência e formação de vínculos. Ainda que marcada pelas hierarquias típicas do Judiciário, construiu-se internamente sobre os pilares da igualdade associativa, do respeito e da solidariedade.

As dificuldades de transporte e comunicação limitavam a participação dos magistrados do interior, concentrando atividades na capital e região metropolitana. Ainda assim, desde aquele núcleo inicial, foi sendo moldada uma identidade institucional forte, que reconhecia no outro colega não um concorrente, mas um aliado.

Essa identidade – feita de escuta, partilha e compromisso comum – preparou o terreno para a transformação da AJURIS. Ela deixaria de ser apenas um espaço de apoio corporativo para se tornar um agente ativo na defesa dos valores democráticos e na promoção de compromissos sociais que ultrapassavam os limites da carreira judicial.

A AJURIS E O COMPROMISSO SOCIAL

Mais do que representar os juízes do Rio Grande do Sul, a AJURIS assumiu o compromisso de ser ponte entre o Judiciário e a população. Projetos voltados à educação para a cidadania, ao acesso à Justiça e à conscientização dos direitos fundamentais tornaram-se marcos de sua atuação. A Justiça, para a entidade, nunca foi uma instância distante: é instrumento de transformação social.

Essa dimensão humanista, sempre ancorada na responsabilidade institucional, é um dos traços mais marcantes da AJURIS. Por meio de manifestações culturais, participação em debates públicos e iniciativas educativas, a entidade reafirmou, reiteradas vezes, seu papel como voz ativa no cenário democrático brasileiro.

A AJURIS reafirma,
ao longo de sua
história,
o compromisso
de aproximar
o Judiciário da
sociedade, fazendo
da Justiça um
instrumento
de cidadania e
transformação
social.

PARTICIPAÇÃO DA AJURIS NA CONSTITUINTE DE 1988

Durante as gestões de Ivo Gabriel Corrêa da Cunha e Osvaldo Stefanello, a AJURIS teve participação destacada na Assembleia Constituinte Federal de 1987-1988 e na Constituinte Estadual de 1989. Preparou-se com rigor e participação. A experiência democrática e participativa cultivada desde os anos 1970 – e consolidada nos anos 1980 – qualificou sua atuação institucional nesse momento histórico.

O prestígio conquistado nacionalmente pela magistratura gaúcha e, em especial, pela AJURIS conferiu legitimidade ao seu papel como interlocutora ativa. A entidade deixava de ser regional e assistencialista para tornar-se protagonista nacional no cenário da cidadania e da justiça.

A mobilização começou com a coleta de sugestões nas coordenadorias e culminou em uma grande assembleia geral em Porto Alegre. O resultado foi uma proposta madura, plural e amplamente debatida. Com esse posicionamento, a AJURIS participou dos encontros nacionais da magistratura, levando contribuições qualificadas à Constituinte.

Com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, a entidade manteve presença constante em Brasília. A rejeição ao Anteprojeto da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, mais conhecida pelos constituintes como Comissão dos Notáveis, deu o tom do momento político: um ambiente de profunda renovação institucional, ainda sob os ecos do regime militar.

A Comissão foi criada pelo então presidente José Sarney, em 1985, após o fim do regime militar e durante o processo de redemocratização do Brasil. Foi instituída com o objetivo de elaborar um anteprojeto de Constituição que servisse de base para os trabalhos da futura Assembleia Nacional Constituinte, convocada em 1987. A ideia era que esse anteprojeto servisse de referência, mas ele foi praticamente ignorado pelos constituintes. A Comissão era composta por juristas, acadêmicos e figuras de destaque intelectual e político.

A nova Constituição foi promulgada em 5 de outubro de 1988. A AJURIS saiu fortalecida. A dinâmica da entidade mudou. Se antes os presidentes dos tribunais eram os principais porta-vozes da magistratura, com a “parlamentarização” da representação institucional, esse protagonismo passou a ser dividido com as lideranças associativas. Era um novo tempo.



A Constituição Cidadã: promulgada em 5 de outubro de 1988, a Carta Magna reformatou o Estado brasileiro. A AJURIS teve especial atuação durante o processo constituinte, colaborando com o aperfeiçoamento do Sistema de Justiça

Ao lado da Associação dos Magistrados de São Paulo, a AJURIS destacou-se como uma das mais preparadas para aquele contexto. Sua trajetória, capacidade propositiva e organização interna garantiram protagonismo. Com isso, ampliou o diálogo com outras instituições do sistema de Justiça, como o Ministério Público, que também se destacava pela organização e capacidade técnica.

A magistratura também se reinventava. A especialização de competências, a reconfiguração dos tribunais e a atuação institucional refletiam tanto o novo momento do país quanto a maturidade política da AJURIS.

Fiel à defesa da democracia, da Constituição e dos direitos humanos, a AJURIS tem sido presença constante nos momentos decisivos da vida nacional, reafirmando seu papel institucional na construção de uma Justiça independente e comprometida com o bem comum.

PARTICIPAÇÃO DA AJURIS NOS MOVIMENTOS EM DEFESA DA DEMOCRACIA

Ao longo de sua história, a AJURIS esteve presente nos momentos mais desafiadores da vida política e institucional brasileira. Durante a redemocratização, posicionou-se com firmeza em defesa das liberdades civis e da consolidação do Estado de Direito. Em períodos de instabilidade, manteve a coerência de sua trajetória, opondo-se a retrocessos institucionais e reafirmando seu compromisso com a Constituição e com os valores democráticos. Suas manifestações públicas, notas técnicas e mobilizações coletivas foram sempre marcadas pela responsabilidade e pelo compromisso com o bem comum.

A AJURIS também se destacou pela defesa intransigente dos direitos humanos e pela promoção da Justiça Restaurativa. Assim, tornou-se uma voz constante na luta por um Judiciário mais plural, acessível e comprometido com a equidade.

Um dos momentos mais simbólicos na atuação da AJURIS na defesa da democracia ocorreu em 8 de janeiro de 2023, quando as sedes dos Três Poderes da República foram atacadas, em um episódio que chocou o país e feriu simbolicamente a democracia brasileira. O Supremo Tribunal Federal, o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional foram invadidos e depredados, com perdas materiais e históricas consideráveis. O que se viu foi uma tentativa de ruptura institucional.

Mas também se viu a resistência. A força da democracia – ancorada em sua aliança com as instituições e com a sociedade civil – permitiu que o Brasil superasse aquele momento.

Fiel à sua tradição, a AJURIS entendeu que seu papel institucional exigia uma resposta firme. Não bastava o repúdio: era preciso mobilização. No dia 17 de janeiro de 2023, a entidade promoveu um ato público em frente ao Palácio da Justiça, em Porto Alegre, reunindo representantes dos Três Poderes no Rio Grande do Sul, universidades, entidades da área do Direito e sindicatos de vários setores da sociedade civil.



A defesa da democracia: AJURIS lidera ato histórico no Palácio da Justiça reunindo a magistratura e líderes dos Poderes gaúchos para marcar posição contra os ataques em Brasília no triste 8 de janeiro de 2023

Foi uma das maiores manifestações institucionais no Estado nos últimos anos. Um gesto de unidade, força e compromisso com o Estado Democrático de Direito. Ao abrir o evento, o presidente da AJURIS e então vice-presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Cláudio Martinewski, definiu com clareza o simbolismo daquele momento: **“foi o dia em que o coração da democracia foi violentamente atingido”**. E concluiu: **“como é de sua honrosa tradição, a AJURIS não poderia deixar passar em branco um fato como esse pela sua gravidade”**.

O Desembargador Martinewski também fez um chamado à reflexão:



O DIA 8 DE JANEIRO PRECISA SER PASSADO A LIMPO. ANALISADO NÃO APENAS SOBRE O PRISMA DOS DIREITOS CONSTITUCIONAL E PENAL, ELE EXIGE UMA PRODUÇÃO RACIONAL QUE ADENTRE EM SEU ÂMAGO, NAS PROFUNDEZAS DA SUA GÊNESE, SOB O PONTO DE VISTA DA FILOSOFIA POLÍTICA, DA SOCIOLOGIA, PSICOLOGIA MORAL, SOCIAL E INDIVIDUAL PARA QUE OS ATOS COMO ESSES SEJAM TRATADOS NAS FAMÍLIAS, NAS ESCOLAS, NAS EMPRESAS E NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS E QUE SIRVAM DE APRENDIZADO PARA AS NOVAS GERAÇÕES PARA QUE NUNCA MAIS OCORRAM, E SE INAUGURE UMA CULTURA DE RESPEITO À DEMOCRACIA E REVERÊNCIA À SOBERANIA CONSAGRADA PELOS VOTOS DAS URNAS.

**A tragédia das águas:
as chuvas que caíram
em maio de 2024
causaram estragos e
mortes no RS. A Sede
Campestre, junto
ao Lago Guaíba, foi
inundada. Também a
Sede Administrativa,
no bairro Praia de
Belas, foi alagada**

Essa manifestação não foi apenas uma reação a um episódio. Foi uma reafirmação de princípios. Uma declaração coletiva de que a democracia brasileira é maior que qualquer ataque – e que conta, em sua defesa, com juízas e juízes atentos ao seu tempo, firmes em seus valores e comprometidos com a paz social.

PARTICIPAÇÃO DA AJURIS NO PERÍODO DAS ENCHENTES

Nos meses de abril e maio de 2024, o Rio Grande do Sul enfrentou uma tragédia climática de proporções inéditas. Chuvas torrenciais provocaram enchentes devastadoras que afetaram centenas de municípios, resultando em mais de duas centenas de mortes confirmadas, milhares de desabrigados e danos significativos à infraestrutura urbana e rural.



Diante desse cenário de calamidade, a Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul demonstrou, mais uma vez, seu compromisso com a sociedade e com os valores da justiça e da solidariedade. Desde os primeiros momentos da crise, mobilizou esforços para arrecadar donativos – alimentos, roupas, materiais de higiene e recursos financeiros –, visando aliviar o sofrimento das comunidades atingidas.



Atuação pela solidariedade na crise: a AJURIS promoveu a Campanha Solidária e arrecadou fundos para a compra e a doação de alimentos, remédios, água, ração animal, roupas e colchões para auxiliar emergencialmente as comunidades atingidas pelas enchentes

Entre os inúmeros gestos de solidariedade que se multiplicaram, destaca-se o trabalho da juíza Rosângela Maria Vieira da Silva, que atuava no Vale do Taquari no período crítico das enchentes. Ágil nas decisões e atenta às urgências do momento, ela contou com o apoio decisivo da AJURIS:



A AJURIS AMPAROU BASTANTE OS MUNICÍPIOS
NESSA QUESTÃO DAS ENCHENTES, NA CATÁSTROFE
QUE ASSOLOU A REGIÃO. EU CONSEGUI ATRAVÉS
DA ENTIDADE UMA GRANDE DOAÇÃO DE
MATÉRIA-PRIMA PARA APOIAR UM PROJETO DE
VOLUNTÁRIOS QUE FABRICAVAM MÓVEIS PARA
AS PESSOAS QUE PERDERAM SEUS MÓVEIS NAS
ENCHENTES. A AJURIS DEU UM SIGNIFICATIVO
APOIO AO NOSSO TRABALHO EM RESTINGA SECA.

Relatos como esse mostram como a magistratura, para além das salas de audiência, também se faz presente na linha de frente da reconstrução social. Carretas com doativos chegaram de diversas regiões, e servidores se uniram a voluntários para descarregá-las. Essa mobilização evidenciou que, em momentos de dor coletiva, juízas e juízes também são parte da comunidade – e que sua humanidade é, muitas vezes, o elo mais potente com o papel que exercem.



Atuação pela solidariedade na recuperação: alunos e professores da Escola Álvaro Moreyra, de Canoas, fizeram uma festa para receber a direção da AJURIS, que ajudou na recuperação de salas de aula, banheiros, cozinha e na parte externa do prédio. A campanha também ajudou na recuperação e na doação de equipamentos para outras escolas no estado ao longo de 2024 e 2025

Essa percepção transformadora foi reforçada pela própria juíza:



VÁRIOS MORADORES DA CIDADE VIERAM ME FALAR QUE TIVERAM UMA VISÃO TOTALMENTE DIFERENTE DO QUE ERA A JUÍZA. UMA PESSOA COMUM, QUE SE PREOCUPAVA COM OS PROBLEMAS DA SOCIEDADE, NÃO FICA APENAS NO GABINETE. É MUITO IMPORTANTE PARTICIPAR DOS PROBLEMAS DA SOCIEDADE, CONSEGUIR CONTRIBUIR E MANTER A NOSSA IMPARCIALIDADE, NECESSÁRIA NO EXERCÍCIO DA JURISDIÇÃO.

A AJURIS também liderou uma ampla **Campanha Solidária**, que arrecadou cerca de R\$ 1,44 milhão, fruto da colaboração de 2.570 doadores entre associados, empresas, entidades e cidadãos de todo o Brasil. Uma das ações mais significativas da campanha foi a destinação de recursos para a recuperação de 27 escolas municipais e estaduais localizadas em 12 municípios duramente atingidos pelas cheias. Foram doados materiais de construção, equipamentos eletrônicos, itens para bibliotecas e móveis escolares.

Na primeira fase, os recursos foram usados na aquisição emergencial de roupas, alimentos, medicamentos, água, materiais de higiene e ração para animais. Na segunda fase, a prioridade foi a educação – um dos pilares fundamentais da atuação da entidade.

“Assim como estivemos juntos com centenas de famílias no momento mais agudo da crise, colaboramos com a comunidade escolar na retomada das aulas”, destacou o presidente Cristiano Vilhalba Flores.

Além das ações emergenciais, o Departamento de Direitos Humanos e Promoção da Cidadania da AJURIS, em parceria com a Escola da Magistratura, lançou o **Observatório Enchentes RS 2024**. Trata-se de uma plataforma digital que reúne decisões judiciais, estudos e análises técnicas sobre os impactos jurídicos e sociais das enchentes. O objetivo foi oferecer subsídios a autoridades, a operadores do Direito e à sociedade civil para enfrentar as consequências do desastre.

“A catástrofe ambiental ocorrida no nosso Estado destacou as vulnerabilidades sociais e exigiu atenção para possíveis violações de direitos fundamentais”, explicou a desembargadora Rosana Garbin, diretora do Departamento. **“A AJURIS participou dessa iniciativa como forma de monitorar os reflexos dessa enchente e auxiliar os colegas com subsídios para tomada de decisões”.** A diretora da Escola da Magistratura, juíza Clarissa Costa de Lima, completou:



COMO É DE SUA TRADIÇÃO, A ESCOLA DA AJURIS PROCURA CRIAR O AMBIENTE NECESSÁRIO PARA QUE OS DIVERSOS AGENTES SOCIAIS, NÃO APENAS DO MEIO JURÍDICO, DEBATAM E BUSQUEM ALTERNATIVAS QUE AJUDEM A SOCIEDADE A ENFRENTAR SUAS CRISES. O QUE ESTAMOS VIVENDO VAI ALÉM DE UMA CRISE PONTUAL E MOSTRA PREOCUPANTES MUDANÇAS CLIMÁTICAS COM REFLEXOS EM DIFERENTES ESFERAS DA SOCIEDADE.

Em cada frente, a AJURIS reafirmou que sua missão vai além das salas de audiência. Em meio ao barro, à dor e à reconstrução, fez valer seus valores fundadores: justiça, solidariedade e compromisso humano com o presente e o futuro do Rio Grande do Sul.

COZINHA SOLIDÁRIA: ALIMENTO, SOLIDARIEDADE E COMPROMISSO SOCIAL

Acostumados a compartilhar a paixão pela gastronomia, um grupo de magistrados e magistradas decidiu também compartilhar solidariedade com a população mais vulnerável, criando o projeto Cozinha Solidária. A iniciativa surgiu com o apoio de magistrados da ativa e aposentados, além da colaboração de funcionários e funcionárias da AJURIS.

No início da pandemia da covid-19, em abril de 2020, o grupo uniu forças ao projeto PF das Ruas, que, desde 2016, distribui alimentos para pessoas em situação de rua em Porto Alegre. Desde então, a parceria se fortaleceu, impulsionando um trabalho contínuo de entrega de refeições e cuidado humano.

Cozinha Solidária: um grupo de associadas arrecada recursos entre os colegas, compra alimentos e durante o final de semana prepara pratos e marmitas que são enviadas gratuitamente a comunidades carentes e famílias que são ajudadas por programas sociais



Após um ano de desafios e superação, o Cozinha Solidária iniciou o ano de 2025 com o mesmo entusiasmo e compromisso. Integrando a Subdiretoria de Responsabilidade Social da AJURIS, o projeto tem como missão preparar refeições para populações em situação de vulnerabilidade na capital gaúcha. Atualmente, é coordenado pelas magistradas Gládis de Fátima Canelles Piccini e Thais Coutinho de Oliveira, reunindo esforços de colegas da magistratura, associados e apoiadores voluntários.

Em 2024, as enchentes que atingiram Porto Alegre e o estado afetaram diretamente o acesso à cozinha da Sede Administrativa da AJURIS. Mesmo diante das dificuldades, o grupo manteve a atuação, adaptando-se rapidamente: alugou espaços alternativos para cozinhar e expandiu o trabalho solidário, com doações de colchões, medicamentos e apoio a outras cozinhas comunitárias.

Todo esse trabalho só foi possível graças à generosidade e ao comprometimento de quem acredita na missão do Cozinha Solidária, que tem como propósito levar solidariedade, esperança e alimento a quem mais precisa.

Quando a
solidariedade se
une à vocação
pela Justiça,
nasce uma força
transformadora.
O Cozinha Solidária
é a expressão
mais humana do
compromisso
da AJURIS com
a dignidade e o
cuidado.



Jornada pelos jovens: Santo Ângelo foi uma das cidades que recebeu o grupo da AJURIS que promoveu, no início da década de 90, diversas reuniões pelo interior do estado para garantir a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente e a formação dos conselhos tutelares nos municípios

PROJETOS E PROGRAMAS VOLTADOS AOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, EDUCAÇÃO E CULTURA

No dia 26 de janeiro de 1993, a AJURIS firmou um importante convênio com a Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS) e a Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência. O objetivo era criar o **Grupo Interinstitucional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente**. Esse acordo também visava garantir que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) fosse efetivamente implantado em todos os municípios do estado. A proposta se baseava em uma metodologia participativa que juízes do interior do Rio Grande do Sul já vinham desenvolvendo com sucesso.

Amparado pela Lei Federal nº 8.069, o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 é resultado da luta de movimentos sociais e de organizações interessadas em garantir o respeito, o direito e a proteção para este público. Em um de seus artigos, o ECA dispõe que é direito da criança e do adolescente ser criado e educado por uma família em ambiente que possibilite seu desenvolvimento integral.

Em 1994, foi lançada uma campanha de mídia para divulgar o novo estatuto, o ECA. Ao mesmo tempo, a AJURIS organizou diversos encontros em cidades do interior gaúcho, enquanto eram promovidas atividades conjuntas de formação para conselheiros tutelares, como cursos, seminários e a distribuição de cartilhas informativas. O trabalho chamou a atenção do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), que firmou um convênio com a Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul, fortalecendo ainda mais a rede de parceiros do projeto. Internamente, essa mobilização levou à criação do Departamento de Promoção da Cidadania, que passou a fazer campanhas voltadas à inclusão social e à conscientização da população sobre seus direitos civis. Em 1996, esse departamento foi ampliado com a criação do Departamento de Direitos Humanos e Coletivos.

Em março de 1995, o projeto teve um marco importante: Porto Alegre sediou a reunião da cúpula do Poder Judiciário brasileiro. Participaram presidentes e corregedores-gerais de todos os tribunais, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), além de representantes das associações de magistrados. O encontro, chamado **Cúpula sobre o Novo Direito da Infância e da Juventude**, contou ainda com a presença do então ministro da Justiça, Nelson Jobim, do procurador-geral da República, Aristides Junqueira, e de autoridades estaduais. O foco foi divulgar a doutrina da proteção integral à criança e ao adolescente. Foi nessa ocasião que o país conheceu o projeto pioneiro de regionalização da Justiça da Infância, desenvolvido no Rio Grande do Sul. O evento também marcou os cinco anos da aprovação da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança e do ECA no Brasil.

Outro fruto desse trabalho foi o projeto **O Direito é Aprender**, resultado de uma nova parceria com o UNICEF, a FAMURS, a Escola Superior da Magistratura e a Associação do Ministério Público do Estado. Lançado em outubro de 1994, o projeto tinha como objetivo capacitar magistrados e promotores das Varas da Infância e da Juventude para lidar com a legislação educacional, além de sensibilizar a sociedade sobre a importância do ensino básico como um direito de todos e um dever do Estado. Foram realizados diversos seminários pelo interior do Rio Grande do Sul, culminando com um grande evento no auditório da Assembleia Legislativa, no dia 27 de novembro de 1995. Pela relevância da iniciativa, o projeto recebeu uma menção honrosa do UNICEF.

Na sequência, a AJURIS e a Fundação Banco do Brasil firmaram um convênio para viabilizar a produção do CD-ROM **Biblioteca Nacional dos Direitos da Criança**. O trabalho, inédito na época, tinha como objetivo democratizar o acesso ao conhecimento necessário para colocar o ECA em prática de forma mais efetiva. Com tiragem de 5 mil exemplares, o CD foi distribuído gratuitamente a operadores do Direito, conselheiros tutelares e instituições que atuavam com a infância. Reunia quatro obras, com legislação nacional e internacional, estudos jurídicos e sociais, roteiros práticos e dados estatísticos. A iniciativa do Departamento de Promoção da Cidadania teve o apoio do então presidente do STF, ministro Sepúlveda Pertence.

Outro projeto de destaque foi o **Serra do Futuro**, também do Departamento de Promoção da Cidadania. A proposta era envolver a sociedade da região de Caxias do Sul, onde funcionava o Juizado Regional da Infância e da Juventude, para fortalecer a aplicação do ECA e difundir a nova doutrina de proteção da infância e juventude.

Paralelamente, a Escola Superior da Magistratura realizava uma série de congressos internacionais sobre o **Direito do Consumidor**, voltados à implementação de novos paradigmas jurídicos. Além disso, a AJURIS se envolveu em várias iniciativas voltadas à afirmação da cidadania, como a oficina de capacitação sobre violência e gênero **Vigiadas e Punidas**. Essas ações culminaram, em abril de 1997, com a realização do **I Seminário sobre o Poder Judiciário e Direitos Humanos**.

AJURIS PARTICIPA DO I FÓRUM SOCIAL MUNDIAL



Estande da AJURIS: um dos mais visitados no FSM

Notícia do Jornal da AJURIS: Fórum Social Mundial em sua primeira edição, em Porto Alegre, em 2001, reuniu movimentos e entidades de todo o país para discutir questões sociais e contou com um estande da Associação, um dos mais visitados durante o evento

A democratização e independência do Judiciário sempre estiveram à frente dos objetivos e dos debates dos quais a AJURIS participou. Com essa pauta, o Departamento de Cidadania da entidade participou da organização da **Conferência Estadual de Direitos Humanos** e do **Comitê Estadual de Organização do I Fórum Social Mundial**, realizado em Porto Alegre em janeiro de 2001 e que reuniu ONGs e militantes antiglobalização do mundo inteiro. Houve uma grande repercussão internacional sobre esse evento. Na oportunidade, a AJURIS promoveu uma oficina com a presença do importante sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, que falou sobre a necessidade de transformar os paradigmas culturais do Direito a fim de serem ampliados os acessos à Justiça e à cidadania. Outras edições do Fórum aconteceram na capital, contando sempre com a participação da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul.



Prêmio AJURIS Direitos Humanos: os vencedores da VIII edição, em 2015, que homenageou o magistrado João Abílio Rosa, falecido em 2013. Criado em 2005, o Prêmio é o reconhecimento da Associação aos que atuam pela defesa da cidadania e lutam pelo respeito à dignidade da vida

Em 2005, foi criado o **Prêmio AJURIS Direitos Humanos**, com o intuito de incentivar e dar visibilidade ao debate e às ações desenvolvidas em prol dos direitos humanos dentro e fora do estado do Rio Grande do Sul, reforçando o compromisso da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul com uma sociedade mais justa, plural e igualitária. Realizado a cada dois anos pelo Departamento de Direitos Humanos, o prêmio tem quatro categorias: Monografia Acadêmica, Boas Práticas, Fotografia e Jornalismo.

A representatividade e a promoção da equidade racial têm sido um dos focos de atenção da AJURIS e da Escola da Magistratura. Em cerimônia presidida pelo ministro Luís Roberto Barroso, presidente do CNJ, e com a presença dos presidentes das cortes superiores, a Escola da AJURIS foi a primeira do país a firmar, com o CNJ, um Memorando de Entendimento no âmbito do Programa de Ação Afirmativa. O objetivo é possibilitar que pessoas negras e indígenas bacharéis em Direito tenham condições mais equitativas de acesso aos concursos da magistratura, inclusive ao Exame Nacional da Magistratura.

O documento foi assinado pelo ministro Barroso, pelo presidente da AJURIS, Cristiano Vilhalba Flores, e pela diretora da Escola, Clarissa Costa de Lima. A juíza Flávia Marciano Monteiro comentou: **“A Ajuris é muito acolhedora, tem muitos compromissos em que realmente estabelece vínculos ideológicos, que acredita e tem o compromisso de realizá-los”**. Para ela, o curso preparatório para pessoas negras, iniciado em janeiro de 2024, com 20 alunos, é símbolo dessa atuação: um espaço de fortalecimento e resistência, inteiramente gratuito, com apoio técnico e pedagógico da Escola da AJURIS e participação voluntária de magistradas e magistrados.

Clarissa Costa de Lima destacou:



A PARCERIA COM O CNJ É IMPORTANTE PARA O COMBATE AO RACISMO ESTRUTURAL E PROPORCIONA DIVERSIDADE E REPRESENTATIVIDADE NO JUDICIÁRIO, POR MEIO DO ACESSO EQUITATIVO ÀS CARREIRAS JURÍDICAS. ESSAS AÇÕES AFIRMATIVAS CONCRETIZAM O HISTÓRICO COMPROMISSO HUMANISTA DA ESCOLA.



Ação pela igualdade: o Curso de Acesso Afirmativo da Escola da Magistratura da AJURIS foi reconhecido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em novembro de 2024 como uma das melhores práticas nacionais para promover a equidade no Poder Judiciário. O programa foi agraciado com o segundo lugar na categoria Boas Práticas no Prêmio Equidade Racial do Poder Judiciário. Também foi um dos vencedores do Prêmio Innovare 2025

A juíza Karen Luise Vilanova Batista de Souza lembrou que, segundo dados do CNJ, apenas 18,1% dos magistrados no Brasil são negros, apesar de pretos e pardos representarem 54% da população. Ela relatou:



EM 2017, DOIS COLEGAS RESOLVERAM FAZER UM ENCONTRO NACIONAL DE JUÍZES NEGROS. A PARTIR DALI, COMEÇAMOS A NOS ARTICULAR PARA PROVOCAR O JUDICIÁRIO A PROMOVER INCLUSÃO E EQUIDADE RACIAL. EU COMECEI A PARTICIPAR, POR INTERMÉDIO DA AJURIS, QUE ME ENVIOU COMO REPRESENTANTE. E, DENTRO DA ASSOCIAÇÃO, PASSEI A VOCALIZAR ESSAS DISCUSSÕES.

Ao promover ações afirmativas e ampliar o acesso à magistratura, a AJURIS reafirma seu compromisso com a diversidade, a equidade e a construção de um Judiciário verdadeiramente representativo.

Com igual sensibilidade, a AJURIS também voltou seus olhos à cultura. Em 1999, criou o projeto da **Pinacoteca AJURIS**, inicialmente para reunir obras de arte dispersas na entidade. Com o tempo, abriu espaço para a exposição de obras de magistradas, magistrados e artistas em geral. Em 2002, o primeiro espaço físico foi inaugurado no saguão da Escola Superior da Magistratura. Após a pandemia, a Pinacoteca passou a ocupar o saguão do Fórum II, um local de grande circulação, aumentando a visibilidade das obras.

Anualmente, um edital é lançado para que artistas não consagrados – com menos acesso aos circuitos comerciais – possam exibir seu trabalho. As obras são selecionadas por uma comissão da Pinacoteca, reafirmando o compromisso da AJURIS com o incentivo à arte e à democratização cultural.



**Pinacoteca da
AJURIS: um espaço
à disposição de
artistas amadores
que buscam externalizar
seus sentimentos por
meio de diferentes
expressões
da arte, como
pintura, escultura
ou colagens,
colaborando com
o enriquecimento
cultural da sociedade**

PRÊMIO AJURIS DE REDAÇÃO NAS ESCOLAS

O Prêmio AJURIS de Redação nas Escolas, que em 2025 está em sua quarta edição, é uma iniciativa desenvolvida pela Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul, com o apoio da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimentos dos Juízes e Carreiras Públicas do Direito do Estado do Rio Grande do Sul (SICREDI). O principal objetivo do prêmio é aproximar os estudantes de escolas públicas federais, estaduais e municipais gaúchas da magistratura, promovendo a reflexão sobre o papel da Justiça na sociedade e sua presença nas comunidades. Segundo a juíza Samyra Remzetti Bernardi, uma das coordenadoras do concurso, o prêmio busca estimular a reflexão dos adolescentes, com o apoio dos seus orientadores, sobre o momento em que desejam que sua voz seja ouvida para que a justiça seja feita em sua vida, como forma de enfrentar as dificuldades da rotina diária.



Prêmio AJURIS de Redação nas Escolas: por meio de um concurso de redações, a Associação envolve alunos dos ensinos fundamental e médio da rede escolar pública na reflexão do significado da Justiça no dia a dia. Criado em 2002, chegou a sua quarta edição em 2025 com a publicação de uma revista especial com as melhores redações. Desde a primeira edição, o projeto integra o acervo Boas Práticas do Prêmio Inovare

Com categorias para ensino fundamental e ensino médio, o prêmio reconhece e valoriza o talento de jovens escritores, premiando as três melhores redações de cada categoria. Além disso, as escolas dos alunos vencedores recebem prêmios, reforçando o incentivo à educação e ao desenvolvimento da escrita.

Para além da premiação, o projeto oferece ainda outra oportunidade de destaque para os participantes: a publicação de uma revista especial da AJURIS, que seleciona algumas das melhores redações inscritas. Essas redações são acompanhadas de comentários feitos por magistrados do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, gerando um diálogo enriquecedor entre o universo escolar e o jurídico

O Prêmio AJURIS de Redação é um importante instrumento de incentivo à cidadania, à educação e à conscientização sobre o papel da Justiça, estimulando o pensamento crítico dos jovens e seu envolvimento com questões relevantes para a sociedade.

FÓRUM DA QUESTÃO PENITENCIÁRIA

A AJURIS teve participação na atenção a um dos importantes temas de interesse da sociedade: a ampliação de vagas nos presídios e a qualificação do sistema penitenciário. O sistema prisional, em colapso, enfrentava crise na segurança, avanço da criminalidade, ausência de políticas públicas eficazes para qualificar o cumprimento das penas, assim como outros importantes desafios na condução do problema.

As consequências do aumento da reincidência criminal, devido a um tratamento desumano nos presídios, e a importância da ressocialização dos apenados fizeram com que os juízes se mobilizassem para criar no Rio Grande do Sul um Programa Penitenciário Estadual para orientar a execução penal e permitir a real possibilidade de ressocialização dos apenados. Com esse intuito, em 2012, foi criado o Fórum da Questão Penitenciária, onde a AJURIS e outras entidades se uniram para acompanhar a situação do Presídio Central de Porto Alegre, que na época enfrentava uma grave crise e era considerado o pior da América Latina.

Em 2013, devido à falta de retorno por parte do governo do Estado, a questão específica do Presídio Central em Porto Alegre foi enviada pela Associação, em conjunto com as demais entidades integrantes do Fórum da Questão Penitenciária, à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA), destacando problemas como a falta de segurança, condições sanitárias precárias, ausência de atendimento médico adequado, controle insuficiente sobre os presos e superlotação, o que caracterizava uma crise humanitária. A denúncia foi formalizada e a Comissão da OEA passou a acompanhar o caso.

No final de 2013, em decisão liminar encaminhada ao governo do Brasil, a Comissão da OEA atendeu ao pedido da AJURIS e demais entidades e solicitou que a União adotasse medidas necessárias para salvaguardar a vida dos presos e melhorar as condições de higiene e médicas oferecidas, além de recuperar a segurança em todas as áreas do presídio, que eram dominadas pelos presidiários.



Fórum da Questão Penitenciária: em 2012, a AJURIS liderou um grupo de entidades que denunciou à Organização dos Estados Americanos (OEA) as más condições humanitárias e estruturais do Presídio Central de Porto Alegre, considerado à época o pior da América Latina. Em setembro de 2025, o Presídio deu lugar à Cadeia Pública de Porto Alegre, depois de uma ampla reforma estrutural e com novo sistema de segurança

O juiz de Direito Daniel Neves Pereira, como representante do Fórum da Questão Penitenciária, participou de audiência da CIDH/OEA em Washington, quando foram solicitadas informações sobre a situação da Cadeia Pública. O magistrado apresentou documentos e fotos do interior do local, além de um trecho do documentário *Central*, que tratava do assunto e mostrava o dia a dia dos presos que viviam no local. Depois da manifestação, a CIDH/OEA deu um prazo para que o governo federal se manifestasse sobre o processo e informasse o que estava fazendo em relação às denúncias.

O marco mais efetivo do início da transformação da dura realidade do sistema prisional gaúcho se deu durante o governo do então governador Tarso Genro (2011-2014). Consciente da gravidade da situação e da impossibilidade de reformar um prédio cuja estrutura física já não comportava soluções paliativas, o governo estadual assumiu o compromisso de iniciar a desativação gradual do Presídio Central, substituindo-o por novas unidades na região metropolitana.

Com apoio do governo federal, o Rio Grande do Sul viabilizou a construção de novos presídios em Canoas e Guaíba, com modelo modular e capacidade adequada à custódia de forma mais segura e humanizada. Em 2013, foram inaugurados quatro novos módulos em Canoas, com a finalidade específica de receber detentos transferidos do Presídio Central, permitindo, pela primeira vez, o fechamento de galerias inteiras da velha estrutura.

Ainda durante o governo Tarso, foram estabelecidas diretrizes para que o antigo presídio deixasse de ser o destino principal de ingresso no sistema penal, redirecionando sua função e permitindo a reorganização progressiva da custódia de presos provisórios. Embora a desativação total não tenha ocorrido naquele momento, as ações implementadas marcaram o início de uma mudança.

Somente em junho de 2022, tiveram início as obras da Cadeia Pública de Porto Alegre (antigo Presídio Central, que foi demolido). A AJURIS, juntamente com o colegiado que compõe o Fórum da Questão Penitenciária, fez vistorias às obras que, quando concluídas, mudarão toda a estrutura e a dinâmica de funcionamento do mais conhecido estabelecimento penal do Rio Grande do Sul.

A atuação da AJURIS nessa questão, juntamente com as demais entidades do Fórum, foi firme e várias gestões se mobilizaram para resolver a situação, pois existia um grande desafio para enfrentar a crise no sistema prisional, que envolvia a capacidade de articular políticas públicas do ponto de vista federativo e também intensificar o diálogo dentro dos poderes e dos órgãos públicos. Pio Giovanni Dresch foi presidente na gestão 2012-2013, quando houve o ingresso com representação na OEA. Gilberto Schäfer foi presidente na gestão 2016-2017 e participou da confecção da peça encaminhada à OEA em 2013.

Em 2025, após anos de reformas, reorganizações e pressão da sociedade civil, a Cadeia Pública passou a operar com um novo modelo de custódia, voltado exclusivamente ao acolhimento inicial e à triagem de presos provisórios – com prazo máximo de permanência estabelecido, respeitando decisões judiciais e parâmetros legais de dignidade e direitos humanos. Tornou-se um marco de transição dentro do sistema prisional gaúcho – um esforço para superar décadas de abandono e iniciar um novo ciclo, com foco na dignidade, legalidade e responsabilidade institucional.

A reconfiguração da Cadeia Pública em 2025, ainda que longe de resolver todos os desafios do sistema, é resultado também do compromisso histórico da AJURIS com os direitos fundamentais, com a proteção das garantias individuais e com a construção de uma Justiça verdadeiramente cidadã.

PRESENTE E FUTURO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

No cenário contemporâneo, marcado por rápidas transformações tecnológicas, tensões sociais e novos modelos de atuação judicial, a AJURIS continua a ser uma referência nacional. Enfrenta, junto aos seus associados, desafios como a sobrecarga do sistema judiciário, as tentativas de deslegitimação da magistratura e a necessidade de constante atualização profissional. Ao mesmo tempo, vislumbra o futuro com esperança e responsabilidade, apostando na inovação, na transparência e na aproximação com a sociedade. A AJURIS reafirma, assim, seu papel de liderança e compromisso com a ética pública, a inclusão social e a permanente construção da Justiça.

A história da AJURIS é, antes de tudo, a história de um ideal: o de que a Justiça só se realiza plenamente quando está a serviço das pessoas. Cada conquista institucional, cada iniciativa social, cada posicionamento público reflete esse compromisso com a dignidade humana e com a função transformadora do Direito. Ao olhar para trás, a entidade encontra um legado de coragem e compromisso; ao olhar para frente, reafirma sua disposição de seguir sendo uma força ativa na construção de um Judiciário forte, ético e sintonizado com os anseios da sociedade brasileira.

Ao transformar-se de um espaço de apoio corporativo em uma entidade comprometida com a justiça social, a AJURIS tornou-se um verdadeiro elo entre a magistratura e a sociedade, refletindo a evolução de uma classe que entende que sua responsabilidade vai além dos tribunais.

A serviço das pessoas: o Encontro do Bem da AJURIS promove tradicionalmente um espetáculo com protagonismo dos jovens da Orquestra Villa-Lobos, oferecendo um palco para quem precisa mostrar o seu talento para promover uma transformação social



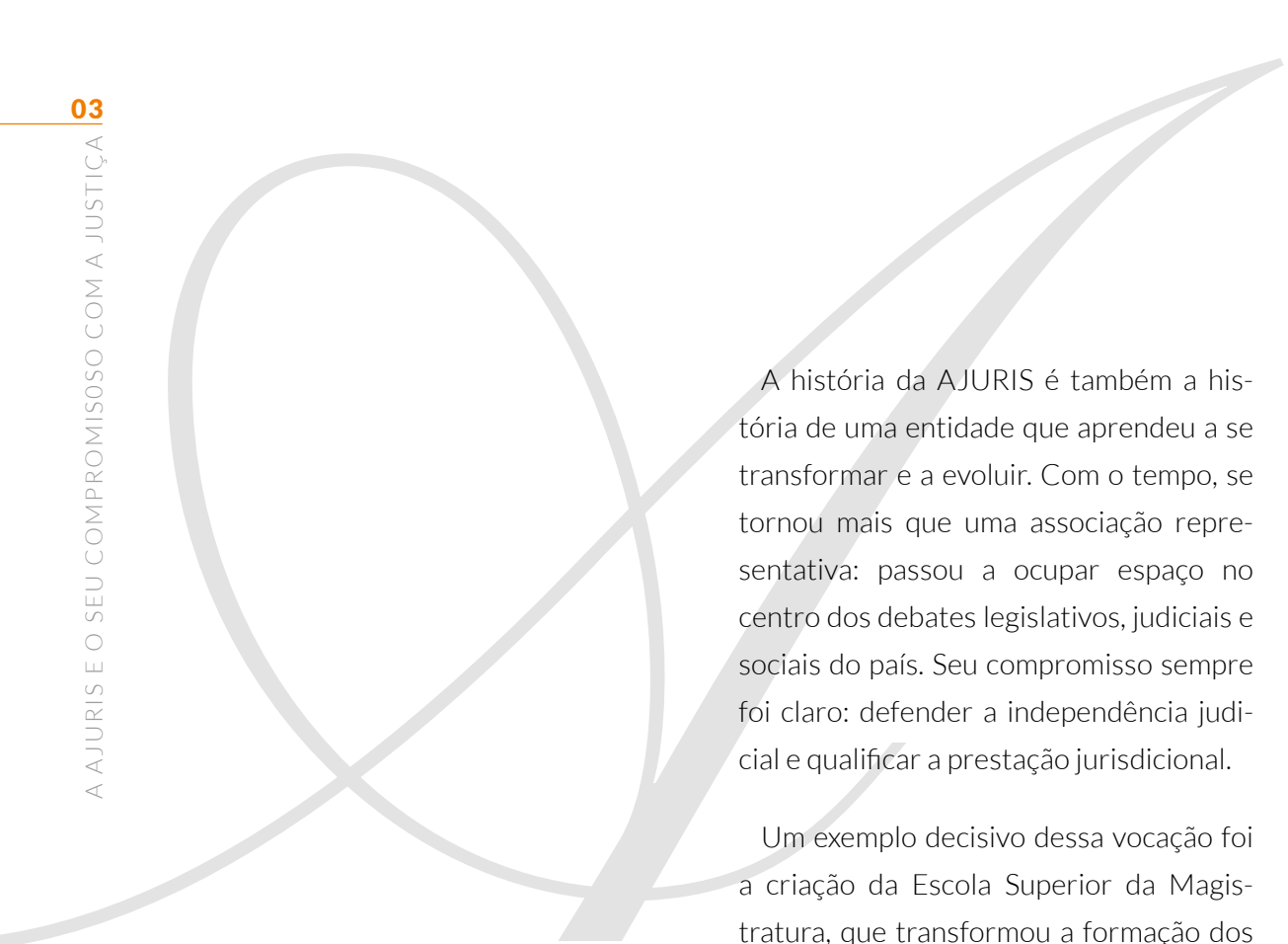
03

A AJURIS E O SEU COMPROMISSO
COM A JUSTIÇA



“A AJURIS TEM POR FINALIDADE: POR INTERMÉDIO DA ESCOLA DA MAGISTRATURA, RECONHECIDA COMO ESCOLA OFICIAL, MINISTRAR CURSOS DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS E SERVIDORES NAS ÁREAS JURÍDICA E TRANSDISCIPLINARES QUE VISEM À EXCELÊNCIA DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA”.

Estatuto da AJURIS, artigo 1, alínea F



A história da AJURIS é também a história de uma entidade que aprendeu a se transformar e a evoluir. Com o tempo, se tornou mais que uma associação representativa: passou a ocupar espaço no centro dos debates legislativos, judiciais e sociais do país. Seu compromisso sempre foi claro: defender a independência judicial e qualificar a prestação jurisdicional.

Um exemplo decisivo dessa vocação foi a criação da Escola Superior da Magistratura, que transformou a formação dos juízes em missão permanente. Mais que técnica, a Escola trouxe a ideia de uma magistratura em diálogo com acadêmicos, estudiosos e a própria sociedade. E a atuação da AJURIS não se restringiu a esse marco: sua presença em fóruns, conselhos e frentes legislativas a colocou como voz ouvida e respeitada nas discussões sobre o futuro da Justiça no Rio Grande do Sul e no Brasil.

“A posição da AJURIS, em diferentes esferas, é muito reconhecida no Rio Grande do Sul. A Associação é chamada a falar sobre inúmeros fatos, não apenas sobre a questão jurisdicional, mas também, por exemplo, na questão do regime de recuperação fiscal, na questão da previdência, na questão legislativa, na questão da reforma dos presídios.”

Cláudio Luís Martinewski, presidente da AJURIS, gestão 2022-2023

ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Uma semente plantada em tempos de transição

Agosto de 1980. O Brasil vivia os últimos anos do regime militar. Foi nesse cenário, marcado por expectativa e mudança, que a AJURIS propôs uma iniciativa inédita: uma Escola Superior da Magistratura. A ideia nasceu do então juiz Cristovam Daiello Moreira, primeiro diretor da Escola, e rapidamente encontrou eco entre seus pares. Não se tratava apenas de formar especialistas em Direito. A meta era mais abrangente: criar juízes com base ética sólida, sensibilidade social e compromisso público.

A Escola foi pensada como um espaço de acolhimento e pertencimento. Muitos dos alunos vinham do interior do estado e encontravam ali não só formação, mas vínculos duradouros com a instituição e com seus valores. Era uma resposta ao tempo: em meio à transição democrática, a AJURIS assumia protagonismo na construção de um Judiciário próximo da sociedade e das pessoas.

O espaço do conhecimento: fundada por inspiração do desembargador Cristovam Daiello Moreira (*de branco à mesa*), a Escola da Magistratura da AJURIS é a escola oficial do Poder Judiciário gaúcho desde 1980. Sua missão é qualificar juízas e juízes e demais atores do Sistema de Justiça, com um forte cunho humanístico, em um ambiente de excelência jurídica



Reconhecimento e pioneirismo

Poucos meses depois, o projeto já ganhava reconhecimento institucional. Em 27 de outubro de 1980, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul aprovava resolução que tornava a Escola da AJURIS a instância oficial de formação da magistratura gaúcha. Décadas depois, a Lei Estadual nº 14.597/2014 reforçaria esse vínculo.

Assim nascia a primeira escola do gênero no Brasil e na América Latina – e uma das pioneiras no mundo. Instalada em um prédio cedido pelo Tribunal de Justiça, logo se destacou por sua proposta pedagógica integral e inovadora. Ali não se transmitiam apenas conteúdos jurídicos: cultivava-se senso de missão, pensamento crítico e consciência institucional.

Em 1981, uma lei estadual deu um passo ainda maior: estabeleceu a obrigatoriedade de 720 horas-aula na Escola para ingresso na magistratura. Foi um divisor de águas. Até então, juízes recém-aprovados eram enviados para suas comarcas sem uma preparação adequada. Com a Escola, o ingresso passou a exigir não apenas conhecimento, mas maturidade institucional.

**A Escola da AJURIS
foi a semente de
um projeto maior:
o de construir
uma magistratura
consciente de
seu papel social
e preparada para
os desafios do seu
tempo.**

Formação além dos muros

Desde sua origem, vinculada ao Departamento de Ensino da AJURIS, a Escola cresceu até se tornar um centro de excelência jurídica. Milhares de alunos ocuparam depois funções de destaque como juízes, promotores, procuradores, defensores e advogados.

Mais que preparar para concursos, consolidou-se como espaço de formação continuada. Incorporou cedo temas como ética judicial, direitos humanos, mediação, Justiça Restaurativa e cultura da paz – práticas que só anos depois seriam adotadas nacionalmente. Mais do que isso: produzir conhecimento e reflexão se transformou em um compromisso.

Em 2006, a Escola criou o Centro de Pesquisa Judiciário, Justiça e Sociedade, por inspiração do ministro Paulo de Tarso Vieira Sanseverino, então diretor da Escola. Tinha como coordenador-geral o ministro Ruy Rosado de Aguiar Júnior. O Centro era composto por departamentos temáticos que deram origem aos núcleos de estudo até hoje existentes na Escola.



Espaço para o aperfeiçoamento: os Cursos de Atualização para Magistrados (CAMs) são oportunidades que a Escola da AJURIS oferece às juízas e juízes para que se mantenham constantemente conectados com as novidades das diferentes áreas do Direito, além de proporcionar momentos para a troca de experiência entre colegas

O ciclo formativo dos magistrados é intenso. Após a aprovação no concurso, todos passam seis meses em formação inicial: aprendem a conduzir audiências e a gerir pessoas e processos. A preparação é prática, institucional e humana.



É NA ESCOLA QUE OS NOVOS MAGISTRADOS COMEÇAM, DE FATO, A SE TORNAR JUÍZES. ALI ELES DEIXAM DE SER APENAS BACHARÉIS E PASSAM A VIVENCIAR OS DESAFIOS CONCRETOS DA PROFISSÃO, COM APOIO E ORIENTAÇÃO INSTITUCIONAL.

Clarissa Costa de Lima, diretora da Escola da Magistratura (2024-2025)

E a formação não termina na posse. Cursos de atualização são oferecidos a cada ano, garantindo que o aprendizado seja constante e conectado às transformações sociais.



A ESCOLA DA AJURIS TEVE O PRIMEIRO CURSO A SER CREDENCIADO. COMO DIRETOR À ÉPOCA, FUI O RESPONSÁVEL POR PREENCHER A SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO DE ALGO NOVO, INCLUSIVE COM UM PLANEJAMENTO QUE ATÉ ENTÃO NÃO EXISTIA, UM PLANEJAMENTO MUITO ESPECÍFICO PARA CADA CURSO OFERECIDO COM UMA SÉRIE DE REQUISITOS DEVIDAMENTE DOCUMENTADOS.

A ESCOLA VISAVA À FORMAÇÃO PARA OS MAGISTRADOS JÁ CONCURSADOS, A PREPARAÇÃO PARA OS QUE PRETENDIAM FAZER CONCURSO, ASSIM COMO PARA OS MEMBROS DO SISTEMA JURÍDICO DE UMA MANEIRA AMPLA, DESENVOLVENDO IMPORTANTES HABILIDADES E COMPETÊNCIAS ADQUIRIDAS ATRAVÉS DO CURSO REALIZADO. A ESTRUTURA CIENTÍFICA DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA FOI BASEADA NA ESCOLA FRANCESA.

Cláudio Luís Martinewski, presidente da AJURIS, gestão 2022-2023

Aprova AJURIS: excelência como missão

Com a mesma lógica de vanguarda, a AJURIS criou o programa Aprova AJURIS. Mais que um preparatório, tornou-se referência por articular teoria e prática, sempre com consciência do papel transformador da magistratura. O curso cobre todas as etapas do concurso e oferece um acompanhamento próximo, construído por docentes que conhecem tanto a sala de aula quanto o cotidiano dos tribunais.

Educação como transformação social

A Escola não parou nas fronteiras do Judiciário. Projetos voltados à cidadania, à cultura de paz e à formação de lideranças comunitárias fizeram dela um vetor de transformação social.

Neste contexto, a Escola criou o curso de Acesso Afirmativo Racial à Carreira da Magistratura, destinado a pretos e pretas que buscam se preparar para serem juízes e juízas do futuro.



A AJURIS, EM SUAS OITO DÉCADAS, REAFIRMA SEU COMPROMISSO COM A INOVAÇÃO E OS DIREITOS HUMANOS. SEGUE LEVANDO A EXPERIÊNCIA FORMADORA DA ESCOLA DA MAGISTRATURA PARA ALÉM DO JUDICIÁRIO, CONTRIBUINDO COM A CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DE PAZ DESDE A BASE SOCIAL.

Cristiano Vilhalba Flores, presidente da AJURIS em 2025

Esse equilíbrio entre tradição e reinvenção mostra a maturidade da AJURIS. A Escola é uma usina de consciência jurídica. Uma referência que ensina, forma e transforma – dentro e fora do Judiciário

Inovação e inteligência artificial no Judiciário: compromisso com o futuro da Justiça

A história do Judiciário brasileiro não pode ser contada sem lembrar de 2006. Foi naquele ano que, por iniciativa do ministro Ruy Rosado de Aguiar Júnior, nasceu o Núcleo de Inovação e Administração Judiciária (NIAJ), instalado oficialmente em 2007. Sua missão era clara: aproximar a Escola Superior da Magistratura da AJURIS – dedicada a formar e qualificar juízes – da razão de existir do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul: garantir a cidadania por meio da jurisdição.

Era uma aposta ousada. Em meados dos anos 2000, falar em inovação ainda soava abstrato para muitos. O impacto das transformações tecnológicas no Direito parecia distante. Mas a AJURIS enxergou cedo: o futuro da Justiça dependeria de novas ferramentas, novos olhares e novas práticas.

O NIAJ nasceu do compromisso da AJURIS com uma Justiça que acompanha o tempo sem perder sua essência: servir com humanidade, reflexão e propósito público.

Desde então, o NIAJ se firmou como um espaço de reflexão e experimentação. Ali se anteciparam debates que, anos depois, estariam em todas as mesas: como as tecnologias transformariam não apenas o modo de processar informações, mas a própria experiência de Justiça?

Um dos campos mais emblemáticos dessa atuação é a inteligência artificial (IA). Ferramentas de IA já conseguem, hoje, assumir tarefas repetitivas como triagem de processos, análise de jurisprudência, classificação de documentos e até a sugestão de minutas. Isso não substitui o juiz, mas oferece tempo para que magistrados e servidores se concentrem naquilo que é insubstituível: a análise crítica e a interpretação jurídica.

Qualificação da magistratura:
por meio de uma parceria com o Tribunal de Justiça do RS, a Escola da Magistratura promove ao longo do ano diversos Cursos de Atualização para Magistrados (CAMs), oportunidades para as juízas e juízes aprofundarem seus conhecimentos em diferentes temas que estão no dia a dia das atividades jurisdicionais, que vão de conteúdo técnico a discussões humanísticas



A IA também abre caminho para mais uniformidade nas decisões, maior previsibilidade e segurança jurídica. Mas não basta instalar sistemas, é preciso consciência ética. Há riscos de vieses algorítmicos, de opacidade nos critérios e de perda de confiança pública.

Por isso, cada vez mais,
a magistratura compreende
que a prestação jurisdicional
é, acima de tudo, uma
responsabilidade humana.
Para isso, é fundamental
ter acesso à informação
qualificada, organizada e útil.



A magistratura digital: juízas e juízes enfrentam o desafio de acompanhar a evolução tecnológica para fazer justiça em um mundo em transformação, quando ferramentas digitais e a inteligência artificial auxiliam nas atividades jurisdicionais. A sala CórteX, no Tribunal de Justiça, reúne em tempo real o resultado desse trabalho

Em dois momentos distintos (durante a epidemia da covid-19 em 2020-21 e nas cheias de 2024 no estado), a Escola da AJURIS criou Observatórios, espaços digitais nos quais reuniu artigos técnicos, análises de especialistas, sentenças e despachos de juízes e informações gerais sobre os casos, como forma de reunir em um único local todo o acervo necessário e aberto a consulta pública para ajudar os integrantes do sistema de Justiça a acessar de forma sistematizada as informações necessárias para sua atuação.

Ao unir pesquisa,
formação e
tecnologia, a AJURIS
reafirma seu lugar
na vanguarda
do pensamento
jurídico: onde o
conhecimento
ilumina a Justiça e
prepara o futuro.

A *Revista da AJURIS*, que completa 50 anos e está ligada à Escola, é reconhecida pelo segmento jurídico por sua excelência. Organizada em sua primeira edição por Lenine Nequete, é um canal para a divulgação de estudos, análises técnicas e pesquisas com o objetivo de oferecer sugestões para o equacionamento de problemas que afligem os tribunais e preocupam os juízes.

A Escola da Magistratura da AJURIS sempre esteve sintonizada com as necessidades de evolução humana e tecnológica. Para tanto, incluiu cursos específicos sobre inteligência artificial em sua formação continuada. Assim, prepara magistrados para compreender a lógica, os limites e as responsabilidades do uso da tecnologia, formando juízes capazes de usar a IA como aliada, e não como muleta.

Essa visão coloca a AJURIS na vanguarda: conecta a tradição de defesa da Justiça com a urgência de pensar o futuro. Ao integrar inovação ao ensino jurídico, ajuda a construir um Judiciário mais eficiente, mais transparente e mais próximo da sociedade.

Celebrar 80 anos da AJURIS é também celebrar essa aposta no amanhã: uma Justiça que não teme as mudanças, mas as incorpora, com segurança e ética, como parte de sua missão democrática.

IMPORTANTES CONTRIBUIÇÕES DA AJURIS AO PODER JUDICIÁRIO

Garantir direitos, resolver conflitos, promover paz social: essa é a essência do Judiciário. Mas, ao longo das últimas décadas, no Rio Grande do Sul, essa missão ganhou novos contornos. A AJURIS foi protagonista de iniciativas que uniram técnica, sensibilidade social e inovação, gerando projetos inéditos no Brasil.

Essas ações nasceram de uma percepção simples, mas poderosa: Justiça não é apenas decisão. É também escuta, acolhimento e proteção – especialmente dos mais vulneráveis.

Depoimento Especial

Foi em 2003 que uma dessas mudanças começou a transformar o país. O juiz José Antônio Daltoé Cezar, então à frente do 2º Juizado da Infância e Juventude de Porto Alegre, enfrentou uma prática comum e danosa: crianças vítimas ou testemunhas de violência eram obrigadas a depor como adultos, diante de juiz, promotor, advogado, servidores – e, muitas vezes, até na presença do acusado. O constrangimento era devastador.

Uma voz segura para os pequenos: pioneiro do uso do Depoimento Especial com crianças e adolescentes vítimas de violência, o desembargador José Antônio Daltoé Cezar fez relato de sua experiência em *workshop* promovido pela Corregedoria Nacional de Justiça em agosto de 2017, em Brasília. O evento encerrou o ciclo de encontros que percorreu as cinco regiões do Brasil para tratar do tema



Daltoé decidiu agir. Inspirado no uso crescente de câmeras em ambientes privados, montou no Foro Central uma sala equipada com vídeo e gravadores. O ambiente foi pensado para ser acolhedor, mais humano, capaz de reduzir o trauma.



A PRÁTICA ANTES ERA DE QUE AS CRIANÇAS QUE ERAM VÍTIMAS E TESTEMUNHAS DE VIOLÊNCIA ERAM OUVIDAS PELO SISTEMA DE JUSTIÇA DA MESMA FORMA QUE OS ADULTOS: NUMA SALA, NA FRENTE DO JUIZ, DO PROMOTOR, DO ADVOGADO, DE SERVIDOR E, EVENTUALMENTE, NA FRENTE DO PRÓPRIO ACUSADO DE TER PRATICADO A VIOLÊNCIA. CADA VEZ QUE TINHA DE SE OUVIR UMA CRIANÇA OU UM ADOLESCENTE, PRINCIPALMENTE EM CASOS DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL, ERA MUITO CONSTRANGEDOR. (...) TUDO ISSO, COM O TEMPO, FOI SEDIMENTANDO EM MIM A VONTADE DE MUDAR ESSA PRÁTICA.

Desembargador José Antônio Daltoé Cezar

A iniciativa cresceu rápido. Em 2004, a Corregedoria-Geral autorizou a compra de equipamentos e treinamento de servidores em dez Juizados Regionais. Em 2010, o Conselho Nacional de Justiça recomendou o modelo a todo o país. E, em 2017, a prática se tornou obrigatória por lei federal.

Hoje, o chamado Depoimento Especial está consolidado. Em um ano, mais de 1.600 atendimentos foram realizados com esse método no Rio Grande do Sul.

O impacto ultrapassou fronteiras. Experiências semelhantes foram estudadas em países como Argentina, Inglaterra e Espanha. E a ONG Childhood Brasil, vinculada à fundação criada pela rainha Silvia da Suécia, somou forças para financiar e expandir a iniciativa.

Mais que um protocolo processual, o Depoimento Especial é um exemplo de como a AJURIS ajudou a reconfigurar o modo como a Justiça se relaciona com a sociedade: menos fria, mais humana.

Juizados Especiais

Nos anos 1980, o Rio Grande do Sul se tornou o berço de uma das maiores transformações da Justiça brasileira: os Juizados Especiais. A ideia nasceu de conversas dentro da AJURIS e logo ganhou corpo. O nome inicial era simples – Conselhos de Conciliação e Arbitramento –, mas o impacto foi imenso.

O propósito era claro: criar uma Justiça rápida, acessível e eficaz. O modelo valorizava a conciliação, acolhia demandas de menor complexidade e aproximava a população do Judiciário. Foi o desembargador Marco Aurélio de Oliveira quem lançou o desafio: implantar o primeiro Conselho em Rio Grande, em julho de 1982. Coube ao então juiz Antônio Guilherme Tanger Jardim liderar a experiência, inspirado num regulamento redigido pelo colega Luiz Antônio Corte Real e apoiado por juízes e advogados locais que atuavam como conciliadores.

O resultado foi imediato: causas resolvidas em tempo recorde, satisfação social e credibilidade pública. O experimento de Rio Grande chamou atenção em todo o Brasil. Em pouco tempo, os chamados Juizados de Pequenas Causas ganharam repercussão nacional, foram debatidos no Congresso e oficializados pela Lei Federal nº 7.244/1984. O Judiciário passava a reconhecer, na prática, que simplicidade, acesso direto à Justiça e celeridade não eram concessões: eram direitos da cidadania.

A Justiça mais acessível: a Comarca de Camaquã foi uma das primeiras a instalar, no início da década de 80, o Juizado de Pequenas Causas, mais tarde renomeado para Juizado Especial. A ideia era tornar o caminho judicial mais simples para o cidadão, focando em audiências de conciliação



A AJURIS teve papel decisivo nesse processo. Incentivou a instalação de novos juizados pelo interior, apoiou magistrados pioneiros e ajudou a consolidar o sistema. Cada experiência bem-sucedida se tornava vitrine de uma Justiça mais ágil e compreensível.

O apoio da imprensa também foi crucial. Reportagens mostravam à população que era possível resolver litígios de forma descomplicada, sem medo nem custos desproporcionais. Aos poucos, o modelo se espalhou pelo país. Em 1986, o Rio Grande do Sul institucionalizou seu sistema estadual de juizados, criando inclusive câmaras recursais compostas por juízes de primeiro grau. A Constituição de 1988 deu abrangência nacional à experiência. E, em 1995, os juizados foram rebatizados pela Lei nº 9.099, que estruturou oficialmente os Juizados Especiais Cíveis e Criminais. Hoje, o modelo inclui também os Juizados da Fazenda Pública.

Com eles, o Brasil passou a contar com um sistema pensado para causas de menor complexidade, que valoriza a conciliação e democratiza o acesso à Justiça. A AJURIS não só foi protagonista no nascimento da ideia: continua alimentando sua vitalidade por meio da Escola da Magistratura, que oferece cursos práticos, preparando alunos para viver na prática os desafios dessa instância judicial.

O tratamento das situações de superendividamento dos consumidores foi uma iniciativa pioneira no Brasil, que serviu de inspiração para outros tribunais e contribuiu de forma decisiva para a atualização do Código de Defesa do Consumidor.

No fim das contas, os Juizados Especiais não foram apenas uma mudança processual. Representaram uma transformação cultural: a prova de que a Justiça pode ser simples sem ser simplista, próxima sem perder autoridade, célere sem perder rigor. Uma ideia nascida na AJURIS que se espalhou pelo Brasil e segue transformando a forma como milhões de pessoas acessam seus direitos.

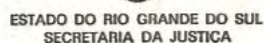
Superendividamento

O projeto-piloto de Tratamento das Situações de Superendividamento dos Consumidores, criado pelas juízas Clarissa Costa de Lima e Karen Bertoncello, foi colocado em prática no Posto do Juizado Especial Cível que funciona junto à Escola da AJURIS. Foi uma iniciativa pioneira no Brasil ao oferecer a possibilidade de conciliação em bloco entre superendividados e seus credores com o objetivo de quitação das dívidas sem prejuízo ao mínimo existencial dos consumidores. A experiência também serviu de inspiração para outros tribunais e contribuiu de forma decisiva para a atualização do Código de Defesa do Consumidor.

Penas alternativas

A institucionalização das penas e medidas alternativas no Brasil nasceu em um momento de transição histórica: o país retomava a democracia e revisitava, de forma crítica, um sistema penal tradicional, sustentado quase exclusivamente pelo encarceramento. A Reforma Penal de 1984 (Lei nº 7.209) foi o marco que abriu novas possibilidades, incluindo a prestação de serviços à comunidade como alternativa real à prisão em casos de menor gravidade.

No Rio Grande do Sul, esse terreno encontrou raízes férteis. A magistratura gaúcha já demonstrava compromisso com a humanização das penas e com sua função educativa. Foi nesse cenário que surgiu a atuação pioneira da pretora Vera Regina Müller, então titular da 12ª Vara Criminal de Porto Alegre. Inspirada em experiências internacionais, ela propôs um projeto-piloto inovador: transformar a prestação de serviços à comunidade em instrumento de responsabilização penal e reintegração social.



Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Rio Grande do Sul e Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul - AJURIS, objetivando implantação do Projeto "Prestação de Serviços à Comunidade".

Aos _____ dias do mês de _____, do ano de hum mil novecentos e oitenta e sete o Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria da Justiça, neste ato representada por sua titular Doutora REJANE BRASIL FILIPPI, doravante denominada SECRETARIA e a Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul - AJURIS, doravante denominada simplesmente AJURIS firmam o presente convênio que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

Com o apoio do professor Antonio Carlos Pradel de Azevedo e do desembargador Ruy Rosado de Aguiar Júnior, Vera estruturou um modelo inédito, que unia sensibilização do Judiciário, equipe técnica especializada e convênios com instituições comunitárias. A Escola da Magistratura da AJURIS foi essencial nessa etapa: ajudou a definir a metodologia, selecionar profissionais e criar fluxos de trabalho que, mais tarde, se tornariam referência. O resultado foi uma política penal mais eficiente, mais humana e mais barata do que o sistema prisional convencional.



UMA COISA FOI ELABORAR O PROJETO, A OUTRA FOI TORNÁ-LO REALIDADE POR MEIO DO ENCAMINHAMENTO ÀS VARAS DE EXECUÇÕES CRIMINAIS DOS PRESTADORES DE SERVIÇO. FALTAVAM TÉCNICOS PARA ENCAMINHAR E ACOMPANHAR O APENADO NO CUMPRIMENTO DE SUA PENA. POR ISSO A IMPORTÂNCIA DE EXISTIR UMA INFRAESTRUTURA NESSAS VARAS. A ESCOLA DA MAGISTRATURA DA AJURIS FOI DE GRANDE IMPORTÂNCIA, GEROU MUITAS COISAS BOAS. ALI FOI FEITA A SELEÇÃO DAS PRIMEIRAS ASSISTENTES SOCIAIS, DOS ESTUDANTES DE DIREITO E DAS PSICÓLOGAS PARA MONTAR A INFRAESTRUTURA DE ACOMPANHAMENTO. TAMBÉM FOI DIFÍCIL CONVENCER OS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES QUE PODERIAM CONTAR COM ESSAS PESSOAS, RÉUS PRIMÁRIOS SEM ANTECEDENTES CRIMINAIS E QUE HAVIAM INCORRIDO EM ERRO.

Vera Regina Müller, pretora e magistrada

Em 1985, o projeto chegou ao Ministério da Justiça. Dois anos depois, ganhou respaldo formal em convênio firmado entre o próprio Ministério, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e a AJURIS. Assim nasceu o Sistema para a Aplicação da Prestação de Serviços à Comunidade na Pena Restritiva de Direitos, assentado em três pilares: conscientizar os magistrados, criar equipes técnicas para acompanhar os apenados e firmar convênios com instituições públicas e privadas.

Os números confirmaram o êxito. Pesquisa realizada pelo Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (ILANUD), em 1997, mostrou que a reincidência dos apenados em penas alternativas era de apenas 12%, contra 85% no sistema prisional. O modelo gaúcho, além de mais humano, era mais sustentável economicamente.

Pioneira nas penas alternativas, a AJURIS reafirmou que inovar em Justiça é também acreditar na capacidade de recomeço.

Esse sucesso impulsionou a expansão nacional. Entre 2000 e 2001, Vera Müller coordenou a criação da Central Nacional de Apoio e Acompanhamento das Penas e Medidas Alternativas (CENAPA), vinculada ao Ministério da Justiça. Formalizada em 2002, a Central passou a distribuir recursos do Fundo Penitenciário Nacional para replicar a prática em todo o país.

As penas restritivas de direitos – prestação de serviços, prestação pecuniária, interdição temporária de direitos, limitação de fim de semana e perda de bens –, regulamentadas pela Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), mostraram-se ferramentas eficazes não apenas para reduzir a população carcerária, mas também para reconstruir vínculos sociais e reforçar a responsabilização penal proporcional.

Reconhecida dentro e fora do Brasil, a atuação de Vera Müller foi homenageada pela AJURIS e pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP). A Escola da AJURIS, presente desde o primeiro passo, foi protagonista dessa mudança cultural e institucional. O legado permanece: as penas alternativas são hoje um dos mais importantes avanços da Justiça Penal brasileira, prova de que é possível unir humanidade, eficiência e efetividade.



Reconhecimento nacional: a magistrada aposentada Vera Regina Müller foi homenageada durante reunião do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, em uma reunião na AJURIS em fevereiro de 2025, por sua atuação pioneira na implantação das penas alternativas no Brasil. Seu trabalho transformou a abordagem penal no país, promovendo a ressocialização e evitando o encarceramento desnecessário

Desburocratização da Justiça

Julho de 1983. No congresso da UFRGS que celebrava os dez anos do Código de Processo Civil, um grupo de juízes gaúchos lançou uma provocação: era preciso simplificar o Judiciário. Ali nasceu a ideia de desburocratizar os serviços judiciais e aproximar a Justiça da vida real.



Judiciário sem burocracia: um grupo de juízes se reuniu na Sede Campestre em setembro de 1983 e apresentou um projeto para a desburocratização da Justiça, com sugestões para simplificar, racionalizar e descomplicar alguns procedimentos, tornando mais dinâmica a prestação jurisdicional. Aos poucos, as propostas foram ganhando espaço pelo país

Dois meses depois, a AJURIS acolheu esse debate. O que parecia uma reunião modesta logo cresceu em movimento nacional. O objetivo era direto: romper com o formalismo excessivo e tornar os ritos mais ágeis, claros e compreensíveis. Entre os protagonistas estavam Luiz Melíbio Uiraçaba Machado, Diocles Gelatti, Celso Santos Rodrigues, Durval da Fonseca Fraga, Norberto Barufaldi, Rui Portanova e Silvestre Jasson Ayres Torres.

Dessas discussões nasceu a Comissão de Racionalização da AJURIS, que produziu propostas inovadoras para simplificar despachos, audiências e sentenças. O fruto desse trabalho foi um pequeno caderno prático, o famoso “Caderninho”, que circulou entre juízes do país inteiro e se tornou símbolo de uma cultura em transformação.

A resistência inicial foi grande – e compreensível. Muitos temiam que a simplificação pudesse diminuir a autoridade dos juízes. Ainda assim, o movimento ganhou corpo, atravessou fronteiras estaduais e inspirou a criação da Comissão Interestadual de Racionalização dos Serviços Judiciários. Logo depois, a Associação dos Magistrados Brasileiros incorporou a agenda, dando a ela dimensão nacional.

O slogan **“A Justiça está abrindo os olhos, venha ver o que ela descobriu”** marcou a expansão do movimento. Em dezembro de 1985, o I Encontro Nacional de Racionalização dos Serviços Judiciários, em Campo Grande/MS, reuniu 2 mil juízes de 19 estados. O “Caderninho” virou o Manual da Racionalização da Justiça, distribuído em todo o Brasil.

Nos anos 2000, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul chancelou oficialmente a importância desse legado ao criar o Conselho de Racionalização do Poder Judiciário. O que começou como uma reunião de juízes inquietos havia se consolidado como política institucional.

A trajetória da desburocratização da Justiça revela persistência, inovação e coragem. A AJURIS esteve no centro desse processo, mobilizando magistrados, propondo soluções e formando gerações de juízes com olhar crítico para a eficiência da Justiça. Hoje, sua Escola segue atualizando essa missão: investir em gestão processual, inovação tecnológica e simplificação. A mensagem permanece viva: uma Justiça mais acessível é também uma Justiça mais democrática e mais eficiente.

Ao defender a desburocratização da Justiça, a AJURIS reafirma seu compromisso com a eficiência e com a democracia: aproximar o Judiciário da sociedade é também fortalecer a cidadania.

Em 2023 foi lançado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) o **Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples**. Iniciativa que busca tornar a comunicação do Poder Judiciário mais clara, acessível e próxima dos cidadãos. A proposta integra a política de ampliação do acesso à Justiça e reforça o compromisso com a transparência e a cidadania. O Ministro Luís Roberto Barroso, então presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal, foi o principal articulador do pacto, defendendo que a Justiça precisa ser não apenas justa, mas também compreensível e que a simplicidade na linguagem é parte essencial da democratização da Justiça. Entre os compromissos assumidos estão a eliminação dos termos excessivamente formais e dispensáveis ao entendimento do conteúdo, bem como a adoção de uma linguagem direta na elaboração de despachos, sentenças e outros documentos. A política prevê ainda a criação de manuais e guias para orientar cidadãos sobre o significado das expressões técnicas indispensáveis nos textos jurídicos. Nesse contexto, foi instituído o **Selo Linguagem Simples**, voltado a reconhecer e valorizar os tribunais e órgãos do Judiciário que se comunicam de forma clara, direta e fácil de entender. O selo integra os esforços do CNJ para incentivar uma comunicação mais acessível em todas as instâncias da Justiça, com premiação anual que contempla boas práticas em textos oficiais, discursos, cerimônias e outros tipos de comunicação institucional.

Justiça Restaurativa

Falar em **Justiça Restaurativa** é falar de um novo modo de enxergar conflitos. Em vez de focar apenas na punição, essa prática coloca o centro na reparação dos danos, na escuta das vítimas e na responsabilização ativa dos ofensores. É justiça que não afasta, mas reconecta; que não ergue barreiras, mas constrói pontes.

No Rio Grande do Sul, essa história tem rosto e nome: o juiz **Leoberto Narciso Brancher**. Em 1998, diante da realidade dura das antigas unidades da FEBEM, marcadas por rebeliões e violações de direitos, ele ousou agir diferente. Em um desses episódios, entrou desarmado em uma unidade rebelada e, apenas pelo diálogo, conseguiu uma rendição pacífica. Dali em diante, estava claro: havia outros caminhos possíveis para a Justiça.

Brancher conheceu o conceito de Justiça Restaurativa em 1999 e, em 2002, coordenou o **Caso Zero**, primeira experiência do tipo no Estado. O resultado foi transformador – tanto para os adolescentes envolvidos quanto para a vítima. Não era mais teoria: era prática concreta de responsabilização e reparação.

Em 2004, com apoio da AJURIS, nascia o **Núcleo de Estudos em Justiça Restaurativa** da Escola da Magistratura. O que começou como grupo de estudos logo se tornou centro de formação e difusão reconhecido nacionalmente. **“O acolhimento institucional que a Justiça Restaurativa teve pela AJURIS foi decisivo. A Escola da Magistratura foi o berço dessa experiência, dessa esperança que se fundou a partir daqui”**, relembra Brancher.

No ano seguinte, a AJURIS já participava do projeto-piloto **Justiça para o Século 21**, do Ministério da Justiça e do Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O modelo gaúcho, inspirado em práticas internacionais como os **Círculos de Paz** do Canadá e as conferências familiares da Nova Zelândia, ganhou força com o *workshop* de Marshall Rosenberg sobre comunicação não violenta, realizado na Escola da Magistratura durante o Fórum Social Mundial.



Círculo da Paz: berço da Justiça Restaurativa no Brasil, a Escola da Magistratura promove cursos para magistrados e agentes públicos que queiram adotar a filosofia na relação com seus públicos. A Justiça Restaurativa foi considerada como uma política pública pelo governo do RS e pelo Conselho Nacional de Justiça. Seus encontros tradicionalmente se encerram com a formação de um imenso círculo de afetuosidade

A partir daí, a Justiça Restaurativa se expandiu. Vieram a **Central de Práticas Restaurativas do Juizado da Infância de Porto Alegre**, oficializada em 2010, e o **Programa Justiça Restaurativa para o Século 21**, criado pelo TJRS em 2015. Em 2016, a prática virou política pública de Estado no Rio Grande do Sul, enquanto o CNJ editava a Resolução nº 225, dando diretrizes nacionais.

Hoje, a Escola da AJURIS é referência incontornável: o maior centro de formação em Justiça Restaurativa do Brasil, com atuação em todos os estados e parcerias com tribunais, ministérios públicos e organizações internacionais. Da sala de aula à comunidade, a mensagem é a mesma: a Justiça pode ser diálogo, corresponsabilização e reconstrução de vínculos sociais.

COMPROMISSO COM A JUSTIÇA: A AJURIS COMO FORÇA DE TRANSFORMAÇÃO

O que une experiências tão distintas quanto os Juizados Especiais, as penas alternativas, o Depoimento Especial, a Justiça Restaurativa e a desburocratização da linguagem judicial? Todas nasceram, floresceram ou encontraram abrigo no mesmo espaço: a AJURIS.

Da sede campestre em Belém Novo às salas da Escola da Magistratura, ideias que pareciam ousadas demais se transformaram em políticas públicas, leis federais e práticas consolidadas. Os **Juizados Especiais** nasceram como um experimento local e mudaram a forma como milhões de brasileiros acessam a Justiça. As **penas alternativas**, idealizadas e estruturadas com apoio da Escola, provaram que é possível responsabilizar sem encarcerar em massa. A **Justiça Restaurativa** mostrou que é viável transformar dor em aprendizado coletivo.

Dos Juizados Especiais à Justiça Restaurativa, da simplificação da linguagem judicial às penas alternativas, a AJURIS transformou ideias em práticas e reafirmou o poder da Justiça como instrumento de diálogo e de humanidade.

O movimento pela simplificação da linguagem processual, que começou com um “Caderninho” de orientações, abriu caminho para uma Justiça mais próxima do cidadão. Cada uma dessas experiências reforça o papel da AJURIS como catalisadora de inovação, guardiã dos valores constitucionais e promotora de uma magistratura que não tem medo de se reinventar.

A história da AJURIS não é apenas a história de uma associação. É a história de uma **magistratura que decidiu pensar além da toga**, ouvir além das paredes dos fóruns e agir para além da rotina dos autos. Uma magistratura que entende que Justiça não é só sentença: é encontro, é diálogo, é transformação.



Uma mesa posta para o diálogo: ao longo de 80 anos, a AJURIS promoveu encontros e eventos que serviram como elo entre as necessidades da sociedade e a atuação do Judiciário como forma de promover uma Justiça cada vez mais acessível, humana e eficaz, ajudando na construção uma magistratura comprometida com a efetividade dos direitos

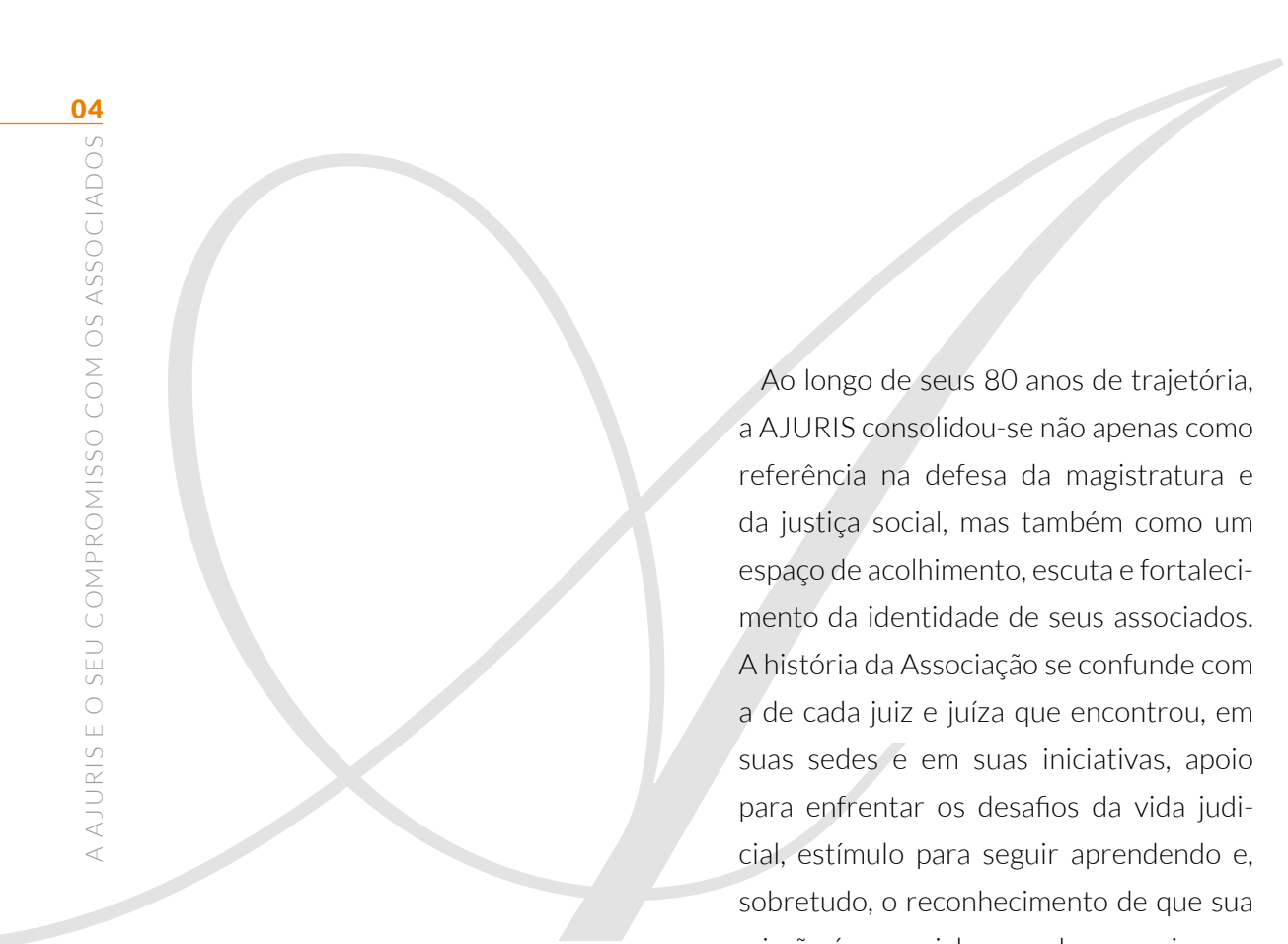
04

A AJURIS E O SEU COMPROMISSO
COM OS ASSOCIADOS



“A AJURIS TEM POR FINALIDADE:
ESTREITAR E FORTALECER A UNIÃO DOS JUÍZES
SUL-RIO-GRANDENSES E BRASILEIROS, INTENSIFICAR
O ESPÍRITO DE CLASSE ENTRE OS ASSOCIADOS E
DEFENDER-LHES INTERESSES RELEVANTES”

Estatuto da AJURIS, artigo 1, alíneas A e B



Ao longo de seus 80 anos de trajetória, a AJURIS consolidou-se não apenas como referência na defesa da magistratura e da justiça social, mas também como um espaço de acolhimento, escuta e fortalecimento da identidade de seus associados. A história da Associação se confunde com a de cada juiz e juíza que encontrou, em suas sedes e em suas iniciativas, apoio para enfrentar os desafios da vida judicial, estímulo para seguir aprendendo e, sobretudo, o reconhecimento de que sua missão é essencial para a democracia.

Este capítulo lança luz sobre esse compromisso inegociável e constante da AJURIS: o cuidado com o bem-estar e a valorização de magistrados e magistradas do Rio Grande do Sul. Ao resgatar iniciativas voltadas ao desenvolvimento profissional, à defesa institucional e ao fortalecimento dos laços de pertencimento, reafirma-se que o centro da missão da AJURIS é o associado.



Nessa relação de cuidado e proximidade, que tem como norte o bem-estar integral dos seus membros, a AJURIS estruturou ao longo dos anos uma série de serviços que amparam os associados não apenas no exercício da magistratura, mas também na rotina pessoal e familiar. Hoje, a Associação oferece um plano corporativo de telefonia celular e consórcio para aquisição de veículos, bem como mantém um setor de convênios, que disponibiliza vantagens na compra de bens e serviços em parceria com diversas empresas. Dispõe ainda de um plano de mútua, que assegura apoio às famílias em um dos momentos mais delicados da vida: o falecimento do associado.

Voz ativa sempre presente: o centro da missão da AJURIS é o associado. É pelos interesses profissionais e pelo bem-estar dele que a Associação atua e é pela participação de todos que fica legitimada a representar a magistratura gaúcha



À disposição de todos: criado nos anos 90, o Consórcio da AJURIS é oferecido a associados interessados em adquirir veículos, em uma operação fiscalizada pelo Banco Central. Além dele, há uma série de outros serviços oferecidos aos associados, como plano de telefonia e assistência jurídica

O Departamento Jurídico presta assistência qualificada para o enfrentamento de questões na esfera profissional ou pessoal, em diferentes ramos do Direito, além de fornecer carta-fiança para associados que necessitam alugar imóveis para moradia ou para atividades profissionais. Nesse espírito, destacam-se também as ações voltadas à saúde física e mental, com convênios médicos qualificados, programas de qualidade de vida e incentivo à prática de esportes e lazer, especialmente por meio da estrutura da Sede Campestre.

Mais do que representar a categoria, a AJURIS construiu-se como espaço de pertencimento, convivência e projeto de futuro para a magistratura. Ao refletir sobre o caminho percorrido, a Associação reafirma os valores que a sustentam desde a origem: compromisso ético, espírito democrático, independência e solidariedade. Valores que seguem sendo bússola para os desafios que virão.

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE: PROTEÇÃO E SOLIDARIEDADE

O cuidado com o bem-estar dos associados sempre esteve no coração da AJURIS. Foi nesse espírito que, durante a gestão do presidente Osvaldo Stefanello (1988-1989), nasceu o Departamento de Assistência à Saúde (DAS), do qual o próprio Stefanello foi diretor.

A iniciativa surgiu em resposta a uma grave crise no Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS), responsável, na época, pela previdência e assistência médica dos servidores públicos. Durante o governo Pedro Simon (1987-1990), o sistema entrou em colapso: médicos foram descredenciados, convênios com hospitais se romperam e magistrados passaram a viver uma situação de vulnerabilidade.



Cuidados com a vida: a partir de uma crise no IPE, a AJURIS atuou para proteger seus associados e familiares criando um sistema próprio de atenção à saúde, com o apoio na realização de exames, consultas e internações. Em 2025, o DAS zelava por cerca de 4,5 mil vidas

Sensível a esse cenário, a AJURIS criou um sistema próprio de atenção à saúde, baseado em um fundo mútuo de participação voluntária. A ideia era simples e inovadora: com uma contribuição mensal, os magistrados poderiam garantir cobertura em áreas não atendidas pelo IPE, como a psiquiatria, e ainda manter a liberdade de escolher médicos e hospitais.

Em junho de 1988, a diretoria aprovou a criação do DAS, estabelecendo valores diferenciados conforme o número de dependentes. A adesão foi imediata: em outubro do mesmo ano, mais de 200 magistrados já haviam apoiado o projeto, tornando possível sua implantação. Por decisão coletiva, todos os integrantes da AJURIS passaram a ser incluídos automaticamente no Departamento, salvo manifestação em contrário.

Hoje, em 2025, o DAS alcança cerca de 1,5 mil associados e abrange 4,5 mil vidas, entre magistrados, seus familiares e dependentes. Funciona como plano complementar ao convênio com a Unimed, trazendo segurança e tranquilidade às famílias. Esse modelo, pioneiro entre entidades congêneres no Brasil, mantém vivo o espírito de solidariedade. Desde 1991, o DAS é administrado pelos próprios magistrados, sem fins lucrativos, modernizando-se continuamente e preservando o caráter de medicina associativa. Os recursos são integralmente oriundos das contribuições dos associados. Tornou-se, assim, símbolo de união e proteção coletiva, garantindo ao longo de décadas um cuidado permanente com a saúde física e mental da magistratura gaúcha e de suas famílias.

DEPARTAMENTO DE PENSIONISTAS: ACOLHIMENTO E PROTAGONISMO

O compromisso da AJURIS, no entanto, vai além do tempo da carreira ativa. Também se estende a quem permanece, mesmo após a perda do companheiro ou companheira de vida, como parte essencial da comunidade associativa. Foi desse olhar de cuidado que nasceu, na gestão do presidente Élvio Schuch Pinto, o Departamento de Pensionistas, com a missão de acolher e apoiar viúvas e viúvos da magistratura. A iniciativa nasceu de uma constatação dolorosa: a esposa de um desembargador, que havia presidido o Tribunal de Justiça, faleceu 13 meses após a morte do marido sem ter conseguido receber a pensão a que tinha direito. O episódio revelou as dificuldades enfrentadas por pensionistas e impulsionou a criação de um espaço específico para cuidar dessa questão sensível.

Em 1º de julho de 1991, a reunião inaugural do Departamento reuniu um número expressivo de participantes. O então presidente Élvio Schuch Pinto designou Eneida Terezinha Barbosa como primeira diretora, reconhecendo nela a experiência adquirida ao requerer sua própria pensão. Eneida, incansável, iniciou um trabalho de mobilização a partir da lista de beneficiários fornecida pela Secretaria da Fazenda, responsável à época pelo pagamento das complementações. Foram telefonemas, correspondências e visitas pessoais que garantiram forte engajamento desde o início e consolidaram o perfil atuante do Departamento.

Momento de pertencimento: o Departamento de Pensionistas foi criado em julho de 1991, e sua primeira diretora, Eneida Terezinha Barbosa, teve um papel importante na estruturação do Departamento, que serviu de referência para a criação de uma estrutura semelhante na Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)



Poucos anos depois, em 1995, o grupo publicou o Manual de Pensionistas, que passou a orientar e amparar famílias em situações semelhantes. Em 2003, a metodologia do Departamento foi apresentada à Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), tornando-se referência e começando a ser replicada em todo o país.

Ao longo de sua trajetória, o Departamento de Pensionistas transformou-se em símbolo de cuidado e pertencimento dentro da AJURIS. Preservou vínculos, ofereceu orientação e manteve viva a integração à vida associativa. Em 2016, os 25 anos de atividades foram celebrados com uma grande solenidade no Palácio da Justiça, que reuniu mais de 200 convidados em um encontro de memórias, homenagens e reconhecimento.

Hoje, o Departamento segue ativo e relevante, dirigido pela pensionista Angela Gastal Parmentier Carvalho. Reúne 177 mulheres e 8 homens que mantêm sua atuação firme, reafirmando o compromisso da AJURIS em cuidar também daqueles que continuam a fazer parte da grande família associativa.

CASAS DA AJURIS: CONFORTO E ACOLHIMENTO NO INTERIOR

O cuidado com os magistrados nunca se limitou ao exercício da função em si. Na década de 1960, um dos maiores desafios para quem era designado a uma comarca do interior era encontrar moradia. Em muitas cidades gaúchas, a oferta de imóveis era escassa e, não raras vezes, juízes e suas famílias precisavam se instalar em hotéis para viajantes até que uma casa fosse encontrada.



Minha comarca, minha casa: a primeira casa da AJURIS foi erguida em Candelária em 1964. Nos anos seguintes, outras 140 foram construídas em diferentes regiões do estado, sempre com a missão de dar segurança e conforto aos juízes e suas famílias. Em 2025, a AJURIS ainda administrava 36 casas

Atenta a essa realidade, a diretoria presidida por Lourenço Mário Prunes, em 1964, buscou alternativas para minimizar a dificuldade. O primeiro passo foi um convênio com a Caixa Econômica Estadual, que permitia empréstimos subsidiados aos associados interessados em construir suas residências. Mas a solução mais criativa e inovadora viria de uma experiência prática: em Candelária, o juiz Milton Carlos Löff decidiu construir uma casa especialmente destinada a acolher os colegas designados para a comarca.

A ideia encontrou amplo apoio local. A prefeitura doou um terreno, ajudou com transporte de material e antecipou recursos por meio de convênio. Em outubro de 1964, nascia a primeira Casa da AJURIS, inaugurando um modelo pioneiro que logo se multiplicaria. Pouco depois, Venâncio Aires recebeu sua unidade e, no início da década de 1980, a Associação já contava com cerca de 140 casas distribuídas em diferentes comarcas. Essas moradias não eram apenas tijolos e telhas: eram símbolo de dignidade e respeito pela magistratura, garantindo que o juiz pudesse exercer sua função com tranquilidade, sem o peso da insegurança habitacional.

Hoje, a AJURIS mantém 36 casas em 23 cidades do estado. Embora novas construções não estejam mais sendo realizadas, a Associação segue dedicada à manutenção das unidades existentes, que continuam à disposição dos associados quando chegam às comarcas. A mudança de foco deve-se às transformações do próprio contexto social: a magistratura tornou-se mais jovem e muitas vezes composta por juízes solteiros ou com famílias menores; as cidades do interior passaram a oferecer mais opções de moradia, com prédios de apartamentos e estruturas de lazer; além disso, tornou-se comum o magistrado residir em cidades maiores da região e deslocar-se diariamente para a comarca, dispensando a necessidade de fixar residência no local de trabalho.

Mais do que resolver um problema prático, as Casas da AJURIS representam um compromisso histórico com a valorização e a dignidade da magistratura gaúcha, onde quer que ela esteja.

As Casas da AJURIS, que acolhem juízes e juízas, representam um gesto de cuidado e compromisso com os que têm a missão de servir à Justiça no Rio Grande do Sul.

A Sede Campestre da AJURIS rapidamente se transformou em um espaço de encontros, atividades esportivas e centro da vida social. Consolidou-se como símbolo de integração, amizade e fortalecimento da identidade associativa.

SEDE SOCIAL CAMPESTRE: LAZER, CONVIVÊNCIA E INTEGRAÇÃO

A ideia de criar uma sede campestre para a AJURIS nasceu dos tradicionais almoços de sábado no Clube do Comércio, em Porto Alegre. Ali cresceu o desejo de oferecer aos magistrados e suas famílias um espaço de encontro, lazer e convivência fora do ambiente urbano.

Para viabilizar o sonho, em 20 de abril de 1963 foi fundada a Associação Recreativa dos Juízes do Rio Grande do Sul (ARJURIS), responsável pela condução do projeto. O primeiro presidente foi Pedro Soares Muñoz, que também presidia a AJURIS. A solução encontrada foi ousada: a compra de um terreno em Belém Novo, na zona sul da capital, com 70 mil metros quadrados e 250 metros de praia balneável no Guaíba, financiada em parte por empréstimo da Caixa Econômica Estadual, do qual o próprio Muñoz foi avalista.



Um espaço para o lazer e a confraternização: a Sede Campestre foi inaugurada no final da década de 60. Ao longo dos anos, a área junto ao Lago Guaíba foi ganhando estrutura de hotelaria, gastronomia e para a prática de diferentes esportes, se firmando como o coração da vida social para os associados



No início, a área tinha poucas árvores e servia ao cultivo de arroz. Mas logo se transformou em um espaço de encontros e atividades. Em 1968, a ARJURIS foi oficialmente incorporada pela AJURIS, criando-se o Departamento Campestre, que permanece até hoje no estatuto da entidade.

Rapidamente, a sede virou o coração da vida social da AJURIS, com animados almoços, torneios de sinuca e partidas de futebol. Em 1972, a piscina passou a ser mais um atrativo e, em 1977, foi inaugurado o prédio da nova sede social. Pouco depois, em 1982, cabanas começaram a ser construídas para acolher os associados e suas famílias em fins de semana de descanso.

A estrutura cresceu e se diversificou: canchas esportivas, torneios, aulas de tênis, competições de futebol 7. Cada novo espaço reforçava o espírito comunitário que sempre marcou a sede. Mais do que um local físico, ela se consolidou como símbolo de integração, amizade e fortalecimento da identidade associativa.

Situada às margens do Guaíba, a Sede Campestre foi fortemente atingida pela enchente de maio de 2024, que devastou Porto Alegre. Cerca de 80% da área ficou alagada, e as principais estruturas de lazer – restaurante, salões de festa, quadras, piscina e campo de futebol – foram destruídas. Tão logo as águas baixaram, a direção da AJURIS deu início a um amplo processo de recuperação, reafirmando seu compromisso com a preservação desse espaço histórico e com o bem-estar dos associados.

Até hoje, a Sede Social Campestre é sinônimo de pertencimento. É o espaço onde a magistratura se encontra fora dos fóruns e tribunais, onde colegas se tornam amigos e onde as famílias compartilham momentos de lazer e convívio, o que acaba revertendo em bem-estar e, conseqüentemente, em melhores entregas para a sociedade. É também um testemunho de como a AJURIS sempre se preocupou em cuidar da qualidade de vida de cada um e de sua comunidade.



O espaço da convivência: a Vice-Presidência dos Aposentados, criada na gestão 2018-19, zela pelos interesses das magistradas e magistrados que dedicaram suas vidas à carreira no Poder Judiciário. Além das questões associativas, a Vice-Presidência promove encontros culturais e momentos de confraternização e agracia seus integrantes com o Alfinete e o Pingente do Jubilado

Laços de amizade: já viraram tradição para os associados os encontros e a troca de afetos em festas produzidas com qualidade para oferecer à mesa e na pista de dança as celebrações em momentos únicos que ficam registrados nas memórias



ATIVIDADES ESPORTIVAS NA AJURIS: TRADIÇÃO, CONVIVÊNCIA E INTEGRAÇÃO

O esporte sempre foi parte essencial da vida associativa da AJURIS. Entre todas as modalidades, o futebol conquistou lugar de destaque no coração dos magistrados. Durante a gestão de Bonorino Butteli (1970-1976), foi construído o campo de futebol da Sede Campestre, com dimensões oficiais, drenagem, irrigação e iluminação – qualidade tão reconhecida que chegou a ser utilizada por clubes profissionais de Porto Alegre em seus treinos.

Com o campo pronto, nasceram os campeonatos internos, disputados aos sábados, reunindo equipes formadas por magistrados da capital e do interior, além de familiares. O ambiente da sede, arborizado e acolhedor, reforçava o espírito de convivência e amizade.

Em 1986, a Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR) lançou a ideia de um torneio interestadual, unindo magistrados do Sul do país. Foi o embrião de uma tradição que, com o tempo, se expandiu para todo o Brasil, sob a coordenação da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Os Jogos Nacionais da Magistratura, realizados em diferentes estados, reuniram modalidades como basquete, vôlei, atletismo, natação e tiro, além do futebol.

A delegação da AJURIS sempre se destacou pela força e pelo entusiasmo. Mais do que vitórias, os torneios proporcionavam momentos de confraternização, amizades duradouras e integração entre colegas de diferentes regiões. A prática esportiva se tornou, assim, um fator de união e uma forma de fortalecer a identidade comum da magistratura.





A dona do campinho: o incentivo à prática de esporte começou na década de 70, com o futebol na Sede Campestre. Nos últimos anos, equipes da AJURIS se formaram em diferentes modalidades para as disputas nacionais. Das 13 edições dos Jogos da Magistratura, a AJURIS foi campeã em 11



Hoje, a tradição segue viva. Magistrados participam de competições de diferentes modalidades, como *beach tennis*, tênis, vôlei, vôlei de praia, basquete, natação, tiro, atletismo e jogos de mesa, nas versões feminino e masculino, além do futebol, que continua a ser a modalidade mais tradicional. A AJURIS já conquistou 11 das 13 edições dos Jogos Nacionais da Magistratura, reforçando sua liderança também no campo esportivo. Muito desse trabalho se deve a José Antônio Azambuja Flores, conhecido por todos como Doutor Flores, que durante anos foi diretor de esportes da AJURIS e também da AMB, coordenando os Jogos da Magistratura em diferentes estados brasileiros, sempre em parceria com as associações locais.

A importância desse legado foi registrada no livro *Futebol entre magistrados*, organizado por Saulo Brum Leal, que reúne memórias, fotos e histórias de viagens e torneios. Uma prova de que o esporte, na AJURIS, sempre foi muito mais que competição: é convivência, tradição e celebração da amizade.

O esporte, na AJURIS, sempre foi muito mais do que apenas competição. Representa também a convivência, tradição e celebração da amizade.

CONGRESSO ESTADUAL DA MAGISTRATURA: TRADIÇÃO E INOVAÇÃO A SERVIÇO DA JUSTIÇA

Criado em 1991, o Congresso Estadual da Magistratura nasceu como um compromisso da AJURIS com a qualificação permanente da magistratura e com a reflexão sobre os grandes temas que permeiam o Direito, a democracia e a cidadania. A primeira edição, realizada no Foro Central de Porto Alegre, trouxe a palestra inaugural do professor José Eduardo Faria (USP) e discutiu assuntos sensíveis como a pena de morte e a politicidade do juiz – um início que já sinalizava a ousadia e a profundidade do evento.

Desde então, o Congresso tornou-se o principal ponto de encontro das juízas e juízes gaúchos. Um espaço que combina debates técnicos e densos com momentos de convivência, reencontros e celebração da identidade da magistratura. Em 1994, destacou-se o tema “O Judiciário a serviço da sociedade”. No ano seguinte, resultou na *Carta de Porto Alegre*, com 28 proposições sobre a revisão constitucional. Em 2001, o debate foi sobre a “Democracia interna do Poder Judiciário”, em Bento Gonçalves. Em 2003, em Caxias do Sul, a reflexão girou em torno das reformas de Estado e seus impactos sobre a Justiça.



Tempo de reflexão: criado em 1991, o Congresso Estadual da Magistratura é o principal evento promovido pela AJURIS a cada dois anos, reunindo associados, integrantes do mundo jurídico e especialistas em diferentes áreas do conhecimento humano para debater a lei, o comportamento e as ciências, com conteúdo técnico de alta qualidade



A partir do V Congresso, em 2003, consolidou-se também uma tradição que se tornaria parte do calendário institucional: o debate entre candidatos à Presidência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Como as eleições no TJRS, a cada dois anos, passaram a coincidir com a realização do encontro, tornou-se praxe que os postulantes ao cargo apresentem aos juízes e desembargadores suas propostas de gestão e a forma como pretendem administrar o Poder Judiciário gaúcho. No primeiro debate, em 2003, no V Congresso, o embate foi entre os desembargadores Osvaldo Stefanello e Alfredo Guilherme Englert – Stefanello assumiria o Tribunal no ano seguinte. Desde então, esse espaço democrático de apresentação de ideias fortaleceu o diálogo entre a magistratura e a cúpula do Judiciário.

O Congresso, no entanto, não se restringiu às fronteiras do Rio Grande do Sul. Em 2015, pela primeira vez, foi realizado fora do país, em Montevideu, com o tema “Efetivar direitos: o desafio da Magistratura”. Em 2019, em Porto Alegre, abriu espaço para a discussão sobre “A magistratura digital”, trazendo à tona questões que já apontavam para os desafios do presente. Dois anos depois, em plena pandemia, o Congresso inovou mais uma vez: transmitido de um estúdio de televisão em Porto Alegre, ocorreu de forma totalmente digital, com participação de palestrantes do Brasil e do mundo. O tema da edição, “A utopia agora: futuros possíveis”, foi aberto pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, ampliando horizontes e trazendo novas inspirações.

Em 2023, em Mendoza, na Argentina, o XV Congresso tratou do tema “A magistratura no espelho”, reafirmando sua vocação internacional. Já em 2025, no XVI Congresso, realizado em Garibaldi, na serra gaúcha, e que marcou os 80 anos da AJURIS, o tema central foi “Tempos extremos e respostas em rede”, conectando sustentabilidade, inovação e direitos humanos em um cenário de transformações intensas. Nessa edição, o tradicional debate entre candidatos à Presidência do TJRS teve uma novidade: além de responderem às questões formuladas pela direção da AJURIS e por associados, como já era costume, os desembargadores Antonio Vinícius Amaro da Silveira e Eduardo Uhlein puderam fazer perguntas diretas um ao outro, com direito a réplica e tréplica, enriquecendo ainda mais o diálogo.

Mais do que um evento, o Congresso Estadual da Magistratura consolidou-se como símbolo da vitalidade da AJURIS e do protagonismo da magistratura gaúcha. É um espaço onde a reflexão sobre o futuro da Justiça se encontra com a tradição de servir à sociedade.

UMA CELEBRAÇÃO DE HISTÓRIA E CONQUISTAS

Poucas instituições no Brasil alcançam oito décadas de trajetória com a mesma vitalidade e relevância que marcaram sua fundação. A AJURIS celebrou seus 80 anos com a certeza de que os compromissos que uniram juízas e juízes em 1944 foram integralmente honrados ao longo desse caminho.

Desde sua origem, a Associação tem como missão primordial a defesa da magistratura gaúcha, atuando pela valorização profissional e pelas condições de trabalho de uma categoria reconhecida entre as mais produtivas do país. Ao mesmo tempo, consolidou-se como espaço de reflexão e qualificação do Poder Judiciário, promovendo a formação humanística de seus integrantes e contribuindo para inovações institucionais que beneficiam diretamente a cidadania, como a criação dos Juizados Especiais.

A AJURIS também reafirma, de forma permanente, seu compromisso com a sociedade. Seja no enfrentamento a ataques à democracia, como em janeiro de 2023, seja na mobilização solidária em apoio às populações atingidas pelas enchentes de 2024, a entidade se faz presente com firmeza e sensibilidade social.



A celebração dos 80 anos: em um evento no Instituto Ling, a humanitária internacional Fernanda Baumhardt contou aos convidados sua experiência em áreas conflagradas pelo planeta, falando de povos em situação de vulnerabilidade. As imagens levaram os participantes a reviverem as histórias nos cenários por onde Fernanda andou

No dia 1º de novembro de 2024, no Instituto Ling, em Porto Alegre, realizou-se o evento comemorativo aos 80 anos da AJURIS. Embora a data oficial tenha sido completada em 11 de agosto daquele ano, a celebração foi postergada em razão das enchentes que atingiram o estado. Marcada por uma atmosfera de emoção e pertencimento, a solenidade reuniu memórias da trajetória institucional, reafirmações do presente associativo e reflexões sobre os desafios futuros. A celebração também marcou os 44 anos da Escola da Magistratura da AJURIS, completados em 25 de outubro de 2024.

Em agosto 2025, aconteceu a comemoração conjunta dos 80 e 81 anos da AJURIS em um tradicional baile. Momentos de emoção, pertencimento e reflexão reforçaram a conexão da AJURIS com seus associados, a magistratura e a sociedade gaúcha, projetando a Associação para os próximos anos.

AJURIS 80 ANOS: UM LEGADO DE UNIÃO E COMPROMISSO COM A JUSTIÇA

Ao celebrar oito décadas de trajetória, a AJURIS reafirma-se como muito mais do que uma entidade de classe. É um espaço de acolhimento, de defesa institucional, de produção de conhecimento e de fortalecimento da identidade da magistratura gaúcha. Desde sua fundação, em 11 de agosto de 1944, a Associação se destacou pelo apoio permanente aos magistrados: no cuidado com o bem-estar dos associados, na defesa intransigente das prerrogativas da magistratura e na valorização da carreira, sempre com o olhar voltado à sociedade e ao fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

Ao longo desse percurso, a AJURIS foi protagonista em debates fundamentais para o Brasil. Participou de reflexões sobre cidadania, direitos fundamentais e democracia, ao mesmo tempo em que sua Escola Superior da Magistratura formou gerações de juízes e difundiu práticas inovadoras que transformaram a Justiça brasileira.

Os valores que a sustentam – independência judicial, ética pública, compromisso com a cidadania e promoção da justiça social – permanecem vivos e orientam suas ações. A missão é clara: defender os direitos dos associados, estimular o aprimoramento profissional e preservar a unidade da magistratura em torno de ideais comuns.

O futuro, no entanto, exigirá ainda mais coragem e sensibilidade. Será preciso conciliar tecnologia e humanismo, enfrentar riscos de retrocessos institucionais e manter viva a confiança da sociedade no Judiciário. A AJURIS continuará presente nesse caminho, unindo magistrados e magistradas, defendendo garantias e colaborando ativamente para que a Justiça se mantenha humana, acessível e comprometida com a paz social.

Celebrar 80 anos é, portanto, reconhecer um passado de lutas e conquistas, mas também renovar a esperança em um futuro em que a magistratura siga fiel à sua vocação: servir à Justiça e à sociedade.

Oitenta anos de história,
de união e de compromisso
com a Justiça, que inspiram a
seguir adiante, transformando
desafios em oportunidades
e mantendo viva a missão
de servir à sociedade com
integridade, coragem e
dedicação.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES DO RIO GRANDE DO SUL. Jornal da AJURIS. **AJURIS**, 2025a. Disponível em: <http://ajuris.org.br/jornal-da-ajuris/>.

ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES DO RIO GRANDE DO SUL. Revista Multijuris. **AJURIS**, 2025b. Disponível em: <https://ajuris.org.br/revista-multijuris/>.

ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES DO RIO GRANDE DO SUL. Website. **AJURIS**, 2025c. Disponível em: <https://ajuris.org.br/>.

AXT, Gunter. **AJURIS – 60 anos: o fazer-se da magistratura gaúcha: história da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (1944-2005)**. Porto Alegre: AJURIS, 2006.

AXT, Gunter. **Um ideal de Humanismo na Justiça: a Escola Superior da Magistratura do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: [s. n.], 2009.

CUNHA, Alexandre Eulálio Pimenta da (coord.). **Brasil – Nosso Século. 1900/1910: a era dos bachareis**. São Paulo: Círculo do Livro, 1985. v. 2.

LEAL, Saulo Brum. **Futebol entre magistrados: histórias emolduradas pelo convívio dos magistrados com o futebol**. Santa Maria: Rio das Letras, 2021.

MEMORIAL DO JUDICIÁRIO DO RIO GRANDE DO SUL. **Exposição: 150 anos do TJRS: “O Judiciário Transforma a vida das pessoas. Desafios e Conquistas”**. Concepção e Projeto: Carine Medeiros e Sabrina Lindemann. Porto Alegre, maio 2025.

PROJETO Memória Ajuris 75 Anos. [S. l.: s. n.]: 2019. 17 vídeos. Publicado pelo canal AJURIS. Disponível em: <https://www.youtube.com/@JuizesRS>.

TORRESINI, Elizabeth Rochadel. **Advocacia na Caixa Econômica Federal: trajetória de 150 anos**. Brasília: Advocef, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Patrimônio Histórico. **Manuais do patrimônio histórico edificado da UFRGS: Faculdade de Direito**. Coordenação técnica de Rogério Pinto Dias de Oliveira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

ENTREVISTAS

Benedito Felipe Rauen Filho

Clarissa Costa de Lima

Cláudio Luís Martinewski

Cristiano Vilhalba Flores

Denise Oliveira Cezar

Fabio Damaceno André

Flavia Marciano Monteiro

Jair de Oliveira Soares

Karen Luise Vilanova Batista de Souza

Leoberto Narciso Brancher

Orlando Faccini Neto

Paulo Augusto Monte Lopes

Rosana Garbin

Rosangela Maria Vieira da Silva

Sérgio Gischkow Pereira

Vera Lúcia Deboni

Vera Regina Müller

OS PRESIDENTES DA AJURIS

JOÃO SOLON MACEDONIA SOARES
(1944)

CARLOS THOMPSON FLORES
(1955)

CAMERINO TEIXEIRA DE OLIVEIRA
(1956)

MÁRIO BOA NOVA ROSA DE MARÇO
(1957)

ARTUR OSCAR GERMANY
(1958)

JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA
(1959)

MANOEL BRUSTOLONI MARTINS
(1961)

SISÍNIO BASTOS DE FIGUEIREDO
(1962)

PEDRO SOARES MUNÕZ
(1963)

CESAR DIAS FILHO
(1964)

LOURENÇO MÁRIO PRUNES
(1965)

NIRO TEIXEIRA DE SOUZA
(1966)

JOSÉ FARIA ROSA DA SILVA
(1967)

JOSÉ DUTRA

(1968)

BONORINO BUTTELLI

(1970)

SEBASTIÃO ADROALDO PEREIRA

(1976)

JOSÉ BARISON

(1978)

MILTON DOS SANTOS MARTINS

(1980)

SÉRGIO PILLA DA SILVA

(1984)

IVO GABRIEL DA CUNHA

(1986)

OSVALDO STEFANELLO

(1988)

ÉLVIO SCHUCH PINTO

(1990)

MARCO ANTÔNIO BARBOSA LEAL

(1992)

GUINThER SPODE

(1994)

CLÁUDIO BALDINO MACIEL

(1996)

ANTÔNIO GUILHERME TANGER JARDIM

(1998)

LUIZ FELIPE SILVEIRA DIFINI
(2000)

JOSÉ AQUINO FLÔRES DE CAMARGO
(2002)

CARLOS RAFAEL DOS SANTOS JÚNIOR
(2004)

DENISE OLIVEIRA CEZAR
(2006)

CARLOS CINI MARCHIONATTI
(2008)

JOÃO RICARDO DOS SANTOS COSTA
(2010)

PIO GIOVANI DRESCH
(2012)

EUGÊNIO COUTO TERRA
(2014)

GILBERTO SCHÄFER
(2016)

VERA LÚCIA DEBONI
(2018)

ORLANDO FACCINI NETO
(2020)

CLÁUDIO LUÍS MARTINEWSKI
(2022)

CRISTIANO VILHALBA FLORES
(2024)

ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES
DO RIO GRANDE DO SUL (AJURIS)
GESTÃO 2024-2025



CRISTIANO VILHALBA FLORES

Presidente

HELENA RUPPENTHAL CUNHA

Vice-presidente Administrativa

THIAGO DIAS DA CUNHA

Vice-presidente de Patrimônio e Finanças

SAMYRA REMZETTI BERNARDI

Vice-presidente Cultural

AMITA LEÃO BARCELLOS MILLETO

Vice-presidente Social

CLARISSA COSTA DE LIMA

Diretora da Escola da Magistratura

DANIEL NEVES PEREIRA

Vice-diretor da Escola da Magistratura

“Em 2005, quando a AJURIS completou 60 anos, um livro foi editado para reunir os acontecimentos de então seis décadas de vida. Foi essa escrita que, até o momento, permitiu aos mais novos tomarem conhecimento dos feitos do passado dessa que é a mais antiga associação de classe da magistratura brasileira.

O passar dos anos – no caso, mais 20 anos – nos obrigou a atualizar esses registros.

Esse livro é um apanhado dessa história de 80 anos e está dividido em três dimensões. São os compromissos assumidos pela AJURIS desde sua fundação, em 11 de agosto de 1944, e que sempre pautaram a atuação da Associação.”

Cristiano Vilhalba Flores

Presidente da AJURIS

“Quem viveu mais a história, porque já há mais tempo na magistratura gaúcha, vai revisitar e reviver fatos e momentos e mesmo se atualizar com as inovações.

Os colegas mais modernos vão poder conhecer um pouco mais e, ainda que os tempos sejam outros, identificar-se com a essência da Associação, com os valores cultivados, com as possibilidades de crescimento, de união e de construção de pontes, com a evolução de pautas corporativas que servem para lograr vitórias nas lutas travadas.

Os demais vão saber um pouco a razão do orgulho de ser AJURIS.”

Helena Ruppenthal Cunha

Presidente da Comissão dos 80 Anos da AJURIS



Visite nosso site
www.editoraage.com.br

